

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

**SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:** dez anos de um Programa de Pós-Graduação sintonizado com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Rodrigo Silva Lima, Universidade Federal Fluminense; Doutor em Serviço Social;  
[rodrigolima@id.uff.br](mailto:rodrigolima@id.uff.br)  
Coordenador

Ana Cristina Oliveira de Oliveira, Universidade Federal Fluminense; Doutora em Serviço Social; [anacoliveira60@gmail.com](mailto:anacoliveira60@gmail.com)

Ana Paula Ornellas Mauriel, Universidade Federal Fluminense; Doutora em Ciências Sociais; [apmaurriel@gmail.com](mailto:apmaurriel@gmail.com)

Kátia Regina de Souza Lima, Universidade Federal Fluminense; Doutora em Educação; [katialima@id.uff.br](mailto:katialima@id.uff.br)

## RESUMO (da mesa)

Na celebração de dez anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS); o Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE); o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS) e o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) se reúnem para realizar uma mesa coordenada com o intuito de estabelecer uma articulação entre docentes que têm inserção em quatro dos nove núcleos de pesquisa e extensão vinculados ao Programa de Pós-Graduação. A mesa agrega trabalhos que têm como objetivo socializar atividades acadêmicas e fomentar um debate cujos temas vêm sendo objeto de debates para maior aprofundamento no Serviço Social. Por fim, revelando a ousadia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os trabalhos exprimem uma proposta coletiva que, amparada por autores da tradição marxista, abarcam as particularidades do desenvolvimento desigual e combinado no território latino-americano, com ênfase na realidade brasileira, bem como as contradições nas relações do Estado e, sobretudo, nas políticas públicas, na formação acadêmica e no trabalho de assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Pós-Graduação. Desenvolvimento Regional. Ensino, pesquisa e extensão.

## Abstract:

In celebration of ten years of Postgraduate Program in Social Work and Regional Development, the Group of Studies and Research in Education and Social Work (GEPESS); the Research Group on Capitalist Development, Labor and Social Policy (GPODE); the Center for Extension and Research in Human Rights, Childhood, Youth and Social Work (NUDISS) and the Inter-institutional Center for Studies and Research on Social Theory, Work and Social Work (NUTSS) get together to hold a coordinated table with aim of establishing a link between professors who work in four of the nine research and extension centers linked to the Postgraduate Program. The table brings together works that aim to socialize academic and encourage a debate whose themes have been subject of debates

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



for greater depth in Social Work. Finally, revealing the boldness of the inseparability between teaching, research and extension, the works express a collective proposal that, supported by authors from the Marxist tradition, encompass the particularities of uneven and combined development in Latin American territory, with an emphasis on the Brazilian reality, as well as the contradictions in State relations and, above all, in public policies, academic training and the work of social workers.

**Key words:** Social Work. Postgraduate. Regional Development. Teaching, research and extension.

## PROMOÇÃO



## APOIO



## O DESAFIO DA INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO EXAME DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Kátia Lima<sup>1</sup>

### RESUMO

O texto apresenta um conjunto de reflexões sobre as atividades acadêmicas realizadas em um programa de pós-graduação em Serviço Social, examinando o movimento coletivo de implementação da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão concebida como elemento fundante da universidade pública brasileira. Em um primeiro momento, o texto dialoga com as formulações teóricas elaboradas por Florestan Fernandes e com os documentos do ANDES/SN e da ABEPSS acerca do desafio educacional brasileiro para fundamentar a abordagem sobre a indissociabilidade. Em um segundo momento, analisa o esforço de construção da articulação ensino, pesquisa e extensão realizado nas atividades acadêmicas de um Programa de Pós-graduação relacionadas com os estudos da formação social brasileira. Por fim, ressalta os desafios para a implementação da indissociabilidade, diante dos ataques às universidades públicas conduzidos pelo governo federal em tempos recentes (2019/2022).

**Palavras-chave:** Universidade Pública; Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão; Programa de Pós-graduação; Formação Social Brasileira.

### ABSTRACT

The text presents a set of reflections on the academic activities carried out in a graduate program in Social Work, examining the collective movement of implementing the inseparability of teaching, research and extension, conceived as a founding element of the Brazilian public university. At first, the text dialogues with the theoretical formulations elaborated by Florestan Fernandes and with documents from ANDES/SN and ABEPSS about the Brazilian educational challenge to support the approach on inseparability. In a second moment, it analyzes the effort to build the articulation between teaching, research and extension carried out in the academic activities of a Graduate Program related to studies of Brazilian social formation. Finally, it highlights the challenges for implementing indissociability, given that attacks on public universities conducted by the federal government in recent times (2019/2022).

**Keywords:** Public university; Inseparability Teaching, Research and Extension; Graduate program; Brazilian Social Formation.

<sup>1</sup> Professora associada – Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense – Doutora em Educação pela UFF [katiaslimauff@gmail.com](mailto:katiaslimauff@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

O presente texto integra um amplo conjunto de reflexões realizadas por estudantes, docentes e profissionais das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas sobre a necessidade de garantia do princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como elemento fundante da universidade pública brasileira. Tais reflexões evidenciam o esforço coletivo de defesa da universidade pública como *locus* de formação profissional e de produção do conhecimento científico que atenda os interesses e demandas da maioria da população brasileira em suas lutas cotidianas por condições dignas de vida e de trabalho. Neste sentido, pensar e fazer a universidade pública pressupõe articular estas três dimensões do trabalho docente e da formação profissional: o ensino, a pesquisa e a extensão. Associada à autonomia político-pedagógica, financeira e de gestão em relação aos governos e partidos, a indissociabilidade é concebida, portanto, como uma estratégia fundamental na construção do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico de uma nação.

Tais reflexões sobre o pensar e fazer a universidade pública foram realizadas a partir da experiência de trabalho acadêmico no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense/UFF em diálogo com as análises coletivamente construídas pelo movimento sindical, sob a condução do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES/SN, e pelas entidades da área de Serviço Social, especialmente, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, entidade acadêmico-científica que articula o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e da pós graduação em nosso país.

O referido Programa de Pós-graduação foi criado em 2012, na Escola de Serviço Social da UFF, ofertando o mestrado acadêmico, com vistas à formação de docentes e pesquisadores, bem como, à qualificação permanente de assistentes sociais. Seu currículo foi organizado nos seguintes núcleos temáticos: (i) o desenvolvimento no capitalismo, (ii) as particularidades da formação social

### PROMOÇÃO



### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

brasileira, (iii) a ação do Estado na relação que estabelece com as classes sociais, considerando aspectos de classe, raça/etnia e gênero, (iv) a configuração das políticas públicas brasileiras e (v) os dilemas e desafios contemporâneos para a formação e o trabalho do/a assistente social. Tais nucleações ganham expressão na estruturação do Programa de Pós-graduação em disciplinas e núcleos/grupos de estudos e pesquisas, além das demais atividades acadêmicas como seminários, encontros e na organização de redes nacionais e internacionais de pesquisadores.

Dos nove núcleos/grupos de pesquisa e extensão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF, quatro núcleos/grupos organizam a presente Mesa Coordenada: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/GEPESS; Grupo de Pesquisa sobre Política Social e Desenvolvimento/GPODE; Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social/NUDISS e Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social/NUTISS.

O GEPESS/UFF foi criado em 2006, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/PPGSSDR e ao Departamento de Serviço Social de Niterói/SSN da Escola de Serviço Social/ESS/UFF tendo como principais objetivos: 1) Investigar os eixos centrais da atual configuração do capitalismo, especialmente a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial; 2) Analisar as políticas elaboradas e difundidas pelo Banco Mundial, UNESCO e OMC para a educação latino-americana; 3) Apreender os principais determinantes da pauta de ação política do governo federal, principalmente, a relação entre dívida pública - externa e interna - e financiamento da educação pública brasileira; 4) Investigar a reformulação da educação básica e superior no Brasil a partir da década de 1990; 5) Apreender os impactos do processo de mercantilização do ensino superior na formação profissional dos assistentes sociais brasileiros e 6) Analisar os dilemas e desafios do trabalho do/a assistente social na política de educação (básica e superior).Atualmente

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



(junho/2023), o grupo de pesquisa é composto por 19 pesquisadores, sendo quatro docentes da ESS/UFF com doutorado nas áreas da Educação e Serviço Social; graduandos em Serviço Social e graduados nas áreas de Serviço Social, Pedagogia e Direito; Mestres e Mestrandos e Doutores e Doutorandos da UFF, UFRJ e UERJ.

Nos primeiros anos de sua organização, o grupo integrava a Rede Universitas/Brformada por pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente, os pesquisadores do Grupo de Trabalho (GT 11) – Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). A partir do ano de 2020, o GEPESS/UFF integra a Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social/CADESS que se constitui em uma rede formada por 31 pesquisadores atuantes no GEPESS/UFF e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente/GEDUSSC vinculado ao Departamento de Serviço Social/UnB e ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília/UnB. A Rede CADESS/UFF/UnB tem como objetivos principais: (i) analisar as configurações atuais da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial; (ii) examinar as alterações na política de educação básica e superior, campos de atuação profissional do assistente social e (iii) investigar as alterações na política de educação superior e os rebatimentos na formação profissional dos assistentes sociais.

No presente texto, apresentaremos um conjunto de reflexões sobre os desafios da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão elaborado a partir do exame (i) das atividades de pesquisa realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/GEPESS e na Rede CADESS/UFF/UnB; (ii) das atividades de ensino ofertadas no PPGSSDR/UFF (disciplinas e orientação de Dissertações e de Estágio em Docência) e (iii) das atividades de extensão constitutivas do *Curso de Extensão: Desenvolvimento Capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social* ofertado pelo PPGSSDR/UFF.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



As análises das ações pedagógicas construídas nestes coletivos, ora apresentadas, estão organizadas em duas seções, além desta introdução. Em um primeiro momento, abordaremos, ainda que de forma breve, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como importante estratégia de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico, tomando como base a interlocução estabelecida com o pensamento sociológico e educacional de Florestan Fernandes e com os documentos do ANDES/SN (2013) e da ABEPSS (2017) sobre a educação superior brasileira.

Em um segundo momento, examinaremos como o esforço de construção da indissociabilidade vem sendo realizado no referido Programa de Pós-graduação, a partir das atividades acadêmicas relacionadas com os estudos e pesquisas sobre as particularidades da formação social brasileira, eixo teórico fundamental para a formação de docentes e pesquisadores, bem como para a qualificação do trabalho de assistentes sociais. Por fim, apresentaremos alguns dilemas e desafios vivenciados nos últimos anos de sistemáticos ataques à universidade pública brasileira (2019/2022) e como tais dilemas e desafios recolocaram na ordem do dia a defesa intransigente da universidade pública, gratuita, laica, democrática e referenciada nas lutas da classe trabalhadora.

## 2. O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e a natureza da burguesia brasileira são dois elementos teóricos, e, portanto, políticos, fundamentais para apreensão da gênese e do desenvolvimento da educação superior no Brasil. Identificando os requisitos estruturais e dinâmicos das particularidades do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, Florestan Fernandes (1968, 1975, 1975b) considera que a natureza da burguesia brasileira será forjada na configuração do padrão composto de hegemonia burguesa que faz

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



com que a burguesia associe-se, historicamente, ao imperialismo e aos setores mais arcaicos da economia brasileira, operando, simultaneamente, o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Assim, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores no Brasil é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira enquanto duas faces do mesmo projeto de dominação. Neste sentido, o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas; de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais configuram uma mentalidade burguesa extremamente reacionária, egoísta e estreita que realiza uma superexploração da força de trabalho, gerando frações da classe trabalhadora apartadas do acesso às condições mínimas de vida inerentes ao próprio capitalismo.

A partir destas análises, Florestan Fernandes (1975c) considera que o padrão compósito de hegemonia burguesa instaurado no Brasil faz com que a conservadora burguesia brasileira tenha, ao longo da nossa história, dificuldades em garantir até mesmo as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo, concebidas como ameaças à concentração de renda, prestígio e poder burguês. O padrão dependente de educação superior expressa, portanto, o papel deste nível de educação nos países marcados pela inserção capitalista dependente na economia mundial, como o Brasil: a constituição de um importante campo de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais; a transmissão e adaptação de conhecimentos produzidos nos países centrais para formação aligeirada dos trabalhadores e a formação qualificada de quadros dirigentes, quando direcionada aos filhos da burguesia, reciclando sistematicamente a dualidade educacional como elemento estruturante e dinâmico da educação brasileira. O dilema educacional brasileiro, segundo o pensamento florestaniano, articula, desta forma, os padrões dependentes de desenvolvimento e de educação superior (FERNANDES, 1975c).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 20 e 21  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão dos movimentos estudantis, sociais e sindicais para a destruição da monopolização do conhecimento pelas classes dominantes; a democratização interna das universidades públicas e a alocação de verba pública exclusivamente para a educação pública, configurando uma acirrada disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade que atravessa e constitui a nossa história.

É neste quadro analítico que se inscreve o exame dos princípios que devem reger a universidade pública brasileira. Partimos da concepção de que a educação, como um direito social dos/as trabalhadores/as, deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, constituindo, a sua oferta e financiamento, em uma obrigação do Estado. Assim, a universidade pública, como patrimônio social da classe trabalhadora, possui como tarefas político-pedagógicas a formação qualificada da força de trabalho e a produção e socialização do conhecimento científico, tendo em seu horizonte de ação o atendimento às demandas e interesses da maioria da população brasileira. Tais concepções construídas coletivamente pelos movimentos estudantis, sindicais e sociais são inconciliáveis com as concepções privatistas e mercadológicas defendidas pela burguesia, em sua face local ou internacional. Para a classe trabalhadora, a educação não pode ser um privilégio de classe, raça ou etnia, nem um serviço negociado no lucrativo *mercado educacional*.

Objetivando garantir suas atividades acadêmicas, a universidade pública reivindica, historicamente, seu caráter público; a exclusividade do financiamento público; a autonomia pedagógica e de gestão em relação aos governos e partidos, bem como, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. A integração destas três dimensões (ensino, pesquisa e extensão) rompem com uma concepção de ensino

PROMOÇÃO



APOIO



(no âmbito da graduação e da pós-graduação) reduzida a mera reprodução de informações, onde o docente apresenta o conteúdo pedagógico que será absorvido pelo estudante, sem criticidade e criatividade. Na mesma direção,

A pesquisa é uma atividade intelectual de caráter artesanal, devendo ser valorizada como um instrumento de desenvolvimento soberano – científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico – do país, não podendo ser submetida a critérios de produção industrial ou de mercado, devendo respeitar as condições específicas das diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento do trabalho acadêmico (ANDES/SN, 2013, p.20).

A pesquisa, portanto, é instância formadora do sujeito investigador e o ensino expressa uma dimensão formativa alicerçada na investigação da realidade social, política, econômica e ideo-cultural. Por fim,

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. As ações advindas desses projetos devem ser gratuitas e seus resultados, mesmo quando fruto de convênios, devem ser publicizados sem restrições, permitindo a sua apropriação pela sociedade (ANDES/SN, 2013, p. 21).

Assim sendo, as três dimensões formadoras (ensino, pesquisa e extensão) estão articuladas: o ensino estimula à investigação para apreensão das dinâmicas da realidade brasileira; a pesquisa forma o sujeito político em sua relação com o conhecimento científico e a extensão qualifica a formação pelo diálogo que oportuniza com os problemas sociais que afligem a população brasileira em suas lutas diárias por condições dignas de vida e de trabalho. As três dimensões, portanto, devem e precisam estar articuladas no âmbito da graduação e da pós-graduação, particularmente, *stricto sensu*. Tal diretriz está presente nas formulações da ABEPSS para a política de pós-graduação da área de Serviço Social, especialmente, no documento intitulado *Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil*. Neste documento, a entidade acadêmico-científica indica como principais desafios à Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: (i) o fortalecimento da solidariedade institucional que enfrente o individualismo acadêmico estimulado pelas políticas de avaliação institucional; (ii) a articulação entre graduação e pós-graduação em

Serviço Social; (iii) a distinção entre produtivismo e produção científica, ressaltando que a socialização do conhecimento científico é tarefa primordial da universidade pública brasileira e (iv) a internacionalização da área nos marcos da formação de amplas redes de pesquisadores que expressem a solidariedade no processo de produção coletiva e crítica do conhecimento científico (ABEPSS, 2017).

Os princípios defendidos pelos ANDES/SN (2013) e pela ABEPSS (2017) reafirmam, deste modo, a concepção (i) da educação como direito social da classe trabalhadora; (ii) da universidade pública como *lócus* de formação do sujeito político crítico e criativo e de produção do conhecimento científico ancorada nas necessidades históricas da classe trabalhadora em um país marcado pela associação entre o padrão dependente de desenvolvimento e de educação, como nos ensina o saudoso sociólogo Florestan Fernandes e (iii) da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como estratégia garantidora da produção do conhecimento científico e de sua democratização, rompendo com a concepção histórica da educação como privilégio de classe, raça e etnia.

Analisar, ainda que de forma breve, os esforços de construção coletiva da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão na universidade pública é a tarefa que realizaremos a seguir.

### 3. A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO EXAME DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Ainda que esteja inserida em um país marcado (i) pela incorporação capitalista dependente na economia mundial; (ii) por um padrão dependente de educação que identifica a universidade como espaço de mera reprodução de conhecimentos aligeirados e acríticos e (iii) por um contexto bastante adverso, resultante das sistemáticas ofensivas à educação pública como respostas burguesas à crise do capital, a universidade pública brasileira resiste e luta. O histórico desafio educacional de construção da universidade pública, gratuita,

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

autônoma, democrática, laica, crítica e criativa segue orientando as ações político-pedagógicas de docentes e estudantes em todo o país. Desta forma, a defesa da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão se constitui como elemento estruturante da construção cotidiana da universidade pública, tanto no âmbito da graduação, como da pós-graduação.

Uma das iniciativas destes esforços coletivos de construção da indissociabilidade vem sendo realizada pelas atividades acadêmicas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional relacionadas com as análises da formação social brasileira, eixo fundamental dos estudos e pesquisas da área de Serviço Social. Tais esforços coletivos se expressam pela articulação das três dimensões formativas (ensino, pesquisa e extensão) no exame das particularidades da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, considerado, a partir da interlocução com o pensamento florestaniano, como elemento chave para apreensão da realidade brasileira.

Partimos do breve exame das atividades de ensino ofertadas no PPGSSDR/UFF (disciplinas e orientação de Dissertações e de Estágio em Docência), para daí articularmos com as pesquisas realizadas no GEPESS/UFF e na Rede CADESS/UFF/UnB e com as atividades do *Curso de Extensão: Desenvolvimento Capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social* ofertado pelo PPGSSDR/UFF desde 2019. No PPGSSDR/UFF, realizamos um conjunto de atividades político-pedagógicas que estão inscritas na área de concentração do programa, dialogando com as duas linhas de pesquisa: Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira e Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional (UFF, 2023). Desde o nosso ingresso no PPGSSDR/UFF, no ano de sua criação em 2012, ofertamos (i) a disciplina obrigatória *Capitalismo, Trabalho e Desenvolvimento* que tem como objetivo analisar as transformações macrosociais no capitalismo contemporâneo e as particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano e brasileiro, apresentando como eixo

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

condutor a configuração histórica e espacial da luta de classes e a disciplina optativa *Formação social brasileira: o pensamento sociológico de Florestan Fernandes* cujo objetivo principal é analisar a teorização florestaniana sobre o capitalismo e as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil.

As reflexões coletivas construídas nas disciplinas (ensino) inspiram os mestrandos à realização de dois movimentos articulados: priorizar o estudo sistematizado da formação social brasileira como estratégia político-acadêmica de apreensão das contradições constitutivas da realidade brasileira e participar, na qualidade de pesquisadores, do GEPESS/UFF e da Rede CADESS/UFF/UnB, visando o aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre a referida temática. Na medida em que ocorre a construção do arcabouço teórico-metodológico para o exame da formação social brasileira, em seus determinantes estruturais e dinâmicos, o mestrando se capacita para a interlocução necessária no processo de orientação da dissertação e, ao mesmo tempo, desperta o interesse pelo Estágio em Docência (obrigatório para os mestrandos bolsistas) que é realizado junto ao professor-orientador nas disciplinas do curso de graduação em Serviço Social.

Observemos que tal procedimento pedagógico evidencia a indissociabilidade em duas dimensões: na articulação entre ensino (disciplinas, orientações, Estágio em Docência) e pesquisa (participação no grupo de pesquisa e na rede de pesquisadores), bem como, operacionaliza uma das ações de articulação entre graduação e pós-graduação, na medida em que os mestrandos realizam o Estágio em Docência nas turmas de graduação em Serviço Social.

A interface ensino e pesquisa ocorre, portanto, pela participação dos mestrandos no GEPESS/UFF e na Rede CADESS, oportunizando a experiência de construção coletiva dos estudos e levantamento dos dados relacionados com as diferentes pesquisas. As pautas de estudos do grupo de pesquisa e da Rede são elaboradas pelo conjunto dos pesquisadores visando contribuir para a base de fundamentação teórico-metodológica de cada projeto de pesquisa em suas particularidades e singularidades. Assim, examinamos a obra sociológica de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Florestan Fernandes, reivindicando os elementos teóricos fundantes utilizados pelo autor para pensar a formação social brasileira, bem como, dialogamos com autores contemporâneos que estudam as respostas burguesas à crise do capital e as resistências e lutas da classe trabalhadora em tempos de ofensiva ultraneoliberal e neoconservadora. O material didático utilizado nos estudos das disciplinas é ampliado, desta forma, quando associado ao processo de orientação das dissertações e de Estágio em Docência. Nova ampliação e novo aprofundamento ocorrem quando o material didático das atividades de ensino é articulado com os textos e os dados levantados e problematizados no grupo de pesquisa e na Rede CADESS, objetivando, desta forma, retroalimentar as atividades de ensino e pesquisa.

Por outro lado, os estudantes da graduação que participam das disciplinas com os professores (que atuam tanto na graduação, como no programa de pós-graduação) e com os mestrandos em Estágio em Docência são incentivados aos estudos sobre as particularidades da dinâmica da luta de classes em um país capitalista dependente. Deste estímulo, resultam Trabalhos de Conclusão de Curso e experiências ricas de Monitoria e Iniciação Científica/IC. Essa última, abrindo mais uma interface com o grupo de pesquisa e a Rede de pesquisadores da UFF e da UnB, na medida em que os graduandos de IC estão formalmente vinculados aos grupos/redes de pesquisa.

A dinâmica da indissociabilidade ganha em densidade e amplitude quando associada ao trabalho de extensão. Desde o ano de 2019, o PPGSSDR/UFF organiza o Curso de Extensão *Desenvolvimento Capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social*, um curso gratuito, ofertado para profissionais de Serviço Social, de áreas afins e, ainda, de formandos em Serviço Social e de cursos de áreas afins, interessados em, futuramente, ingressar no referido Programa, bem como, inserir-se em grupos de pesquisa de docentes vinculados ao PPGSSDR. O curso de extensão apresenta como objetivos centrais: apreender as particularidades do padrão de desenvolvimento de um país de capitalismo dependente, como o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Brasil, e a constituição histórica da relação entre Estado e classes sociais; analisar o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e suas incidências na formação e no trabalho dos/as assistentes sociais brasileiros/as. Organizado em três módulos, o curso de extensão possui como diretrizes programáticas os estudos sobre o imperialismo e a lei do desenvolvimento desigual e combinado; o conceito de capitalismo dependente como elemento chave para o estudo da formação social brasileira e as políticas públicas no Brasil, problematizando a formação profissional e o trabalho dos/as assistentes sociais brasileiros/as.

Na medida em que é ofertado para profissionais de Serviço Social e de áreas afins interessados em ingressar no referido Programa, bem como, inserir-se em grupos de pesquisa de docentes vinculados ao PPGSSDR, o curso realiza uma importante tarefa político-pedagógica, respondendo às demandas históricas de acesso à universidade pública brasileira, particularmente, aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Por outro lado, na medida em que abre vagas para formandos em Serviço Social e de cursos de áreas afins, também interessados em ingressar no referido Programa e em grupos de pesquisa de docentes vinculados ao PPGSSDR, o curso materializa mais uma ação de articulação entre a graduação e a pós-graduação em Serviço Social, nos termos indicados pela ABEPSS (2017, p. 272):

A ênfase nesta articulação decorre do entendimento de que a formação no âmbito dos programas de pós-graduação constitui espaço privilegiado de pesquisa, mas também de preparação de profissionais docentes/pesquisadores para o ensino superior, voltado tanto para os cursos de graduação em Serviço Social quanto para os cursos de mestrado e doutorado da área. Nesse sentido, a articulação entre graduação e pós-graduação se revela necessária e estratégica para assegurar a formação com qualidade e comprometida com valores e princípios fundantes do Projeto Ético-Político Profissional, construído histórica e coletivamente pelo Serviço Social nas últimas três décadas, que teve no surgimento e na expansão da pós-graduação um espaço fecundo de germinação.

Fundamentados na perspectiva teórica e política apresentada pelo ANDES/SN e pela ABEPSS é que identificamos os necessários esforços coletivos de construção cotidiana da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

âmbito dos programas de pós-graduação em Serviço Social, ainda que tenhamos vivenciado tempos de ataques à universidade pública pela ofensiva ultraneoliberal e neoconservadora condutora da política de desfinanciamento da educação pública (realizado pela Emenda Constitucional 95/2016 e pelos sistemáticos cortes orçamentários) associada ao discurso reiteradamente repetido, no período 2019/2022, acerca da “guerra cultural” contra as universidades públicas, concebidas como espaços de “balbúrdia” (ANDES/SN, 2022 e LEHER, 2021).

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves análises apresentadas neste texto tiveram como objetivo reafirmar a importância de pautarmos a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como princípio da universidade pública a serviço da classe trabalhadora. A universidade pública materializa o direito dos trabalhadores e trabalhadoras a acessar o conhecimento científico pela oferta de uma formação profissional crítica, densa e qualificada socialmente e alarga o horizonte intelectual de todos os envolvidos no processo político-pedagógico pela oportunidade de construção coletiva do conhecimento científico.

Essa construção coletiva, no entanto, é historicamente confrontada pelos interesses econômicos, políticos e ideoculturais da burguesia, em sua face local e internacional, buscando esvaziar o próprio sentido da universidade pública reduzida a uma instituição de ensino acrítico. Em tempos recentes (2019/2022) estes interesses promoveram intensos ataques à universidade pública pelo seu desfinanciamento público e pela “guerra cultural” que desqualificava o conhecimento científico em defesa das *fake news*. Um projeto que foi derrotado nas ruas e nas urnas, mas que merece toda a atenção daqueles que defendem a educação pública e gratuita para que não seja retomado, ainda que sob novas expressões.

Resistir aos ataques neoconservadores que identificam a universidade pública como espaço de “balbúrdia” e às movimentações privatistas e mercadológicas que defendem a educação superior como um lucrativo serviço,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

lutando cotidianamente em defesa da universidade pública e da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como elemento chave de sua estruturação seguem, portanto, como tarefas político-pedagógicas urgentes e necessárias.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

ANDES-SN [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior}. **Caderno 2. Proposta do ANDES para a Universidade Brasileira**. 2013. 4ª. Edição Atualizada. Disponível em <<https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>> Acesso em 14 jun. 2023.

ANDES-SN [SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR]. **A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior**. 2022. Brasília, DF: Sindicato Nacional, 2022.

FERNANDES, Florestan. 1968. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. 1975b. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. SP: Alfa-Omega, 1975c

LEHER. Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. 2021. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e241425, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional**. Área de Concentração e Linhas de Pesquisa. 2023. Disponível em: <[https://ppqssdr.uff.br/?page\\_id=1294](https://ppqssdr.uff.br/?page_id=1294)> Acesso em 14 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## ESTADO E DEPENDÊNCIA NA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Ana Paula Mauriel<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho procura por meio de uma discussão sobre Estado e dependência, apresentar uma sistematização de experiência de Grupo de Pesquisa no âmbito na pós-graduação por meio de debates em pesquisa, estudos vinculados às disciplinas e participação em curso de extensão, tendo por base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional e sua contribuição para a articulação entre graduação e pós-graduação.

**Palavras-chave:** Estado. Dependência. Pós-graduação. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

### ABSTRACT

The work seeks, through a discussion on State and dependency, to present a systematization of the experience of a Research Group in postgraduate context through debates in research, studies linked to disciplines and participation in an extension course, based on the principle of inseparability between teaching, research and extension in professional training and its contribution to the articulation between graduate and postgraduate courses.

**Keywords:** State. Dependency. Postgraduate. Inseparability between teaching, research and extension.

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal Fluminense; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; [apmauriel@gmail.com](mailto:apmauriel@gmail.com)

PROMOÇÃO



APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo apresentar a experiência do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento capitalista, Trabalho e Política Social nas produções de ensino, pesquisa e extensão que contribuíram para fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional ao longo de seus primeiros dez anos de existência (entre 2012 e 2022), ainda que as ações aqui destacadas não esgotem o conjunto das atividades desenvolvidas pelo grupo e seus pesquisadores.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nos fornece indicações, por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs), do papel dos grupos de pesquisa na atual conjuntura, os quais devem funcionar não só para produção de conhecimento de forma isolada, mas como espaços de fortalecimento coletivo dos pesquisadores e de articulação entre graduação e pós-graduação, na medida em que considera que a dimensão investigativa atravessa todos os níveis da formação profissional e encontra-se em intrínseca relação com a natureza interventiva da profissão. (ABEPSS, 2009)

Tal conexão entre graduação e pós-graduação, a meu ver, não pode deixar de ser realizada sem a mediação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Considerando o sentido da apreensão crítica do processo histórico como totalidade, o pressuposto central das Diretrizes é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais, os quais devem estar organizados de forma dinâmica, por isso estruturados em núcleos de fundamentação organicamente articulados, possuindo um conjunto de conhecimentos indissociáveis, ainda que guardem suas particularidades.

Diante disso, o primeiro item do trabalho resgata parte do histórico do grupo de pesquisa e suas principais ações voltadas ao debate dos temas Estado e dependência e sua interlocução com as atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, desenvolvimento de pesquisas e participação em extensão. Em seguida, apresenta uma aproximação teórico-metodológica com os temas do Estado

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

e da dependência, tomando a categoria capitalismo dependente como guia de análise, pois a nosso ver permite entender a constituição das particularidades histórico-concretas do capitalismo brasileiro e como o Estado e as políticas sociais ganham especificidades sob a nossa formação econômico-social.

## 2 A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA PARA A INTERLOCUÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

O GPODE (Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social) foi criado em 2009 a partir do acúmulo trazido do mestrado e doutorado da coordenadora e tem uma trajetória institucional de mudanças, como participe dos processos históricos, pois entendendo o conhecimento como expressão do próprio movimento do real, o grupo passou por reformulações, bem como pela entrada e saída de docentes, discentes e técnicos.

No que se refere à relação com o tema Estado e dependência, toda escolha teórico-metodológica em si parte de um horizonte político e ideológico que transcende os limites da academia e do conhecimento racional formal, ainda que este seja o espaço central da construção das pesquisas. Assim, o tema proposto para discussão no desenvolvimento desse trabalho e os desdobramentos conceituais e categoriais que advém dele são fruto de uma visão social de mundo que veio se formando com base nas experiências de militância, e de inúmeras reflexões individuais e coletivas, que marcam este Grupo desde a entrada da sua coordenadora como docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, onde o Grupo até hoje se encontra vinculado.

Desde 2012, o Grupo passou a estar vinculado a umas das linhas de pesquisa do Programa de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social/UFF, “Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira”. A partir daí, além do Grupo ter agregado pesquisas de docentes e discentes do Mestrado, vem somando forças com outros docentes da Escola de Serviço Social e envolvendo estudantes de graduação de serviço social e de outras

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



áreas afins em atividades de estudos, pesquisa e incorporando atividades de extensão.

A partir de então, diante dos projetos envolvidos e dos novos temas de estudos, o Grupo de Pesquisa veio alterando seu foco, o que foi despertando o interesse na análise sobre o desenvolvimento capitalista, as reconfigurações do papel do Estado, a questão da dependência, as tendências contemporâneas das políticas sociais, as novas manifestações da “questão social” nas periferias, o papel dos organismos internacionais nesses processos; enfim uma agenda de estudos com potencial para agregar pesquisas fundamentais para a compreensão de processos sociais de difícil tratamento acadêmico, mas de elevada relevância social, que visam contribuir com o adensamento da formação profissional na graduação (por meio de renovação de referências para disciplinas obrigatórias – política social, questão social, por exemplo; ofertas de optativas, reuniões ampliadas de estudos, realização de eventos) e aprimoramento na pós-graduação.

Particularmente, a discussão da relação do Estado, capitalismo dependente e questão social no Brasil é uma aproximação recente por parte da autora, que vem sendo construída a muitas mãos nos grupos de pesquisa que vem participando. A questão do aprofundamento pelo tema do Estado teve início com a entrada no programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense, ministrando várias edições da disciplina obrigatória “Estado, Políticas Públicas e Serviço Social” ao longo dos dez anos do programa.

A escolha tema do Estado e da dependência para este trabalho, além dos acúmulos no ensino na pós-graduação, também tem a ver com os amadurecimentos trazidos pela participação nas edições da disciplina de Teoria do Estado no âmbito da graduação e de participação em duas edições do curso de extensão intitulado Desenvolvimento capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional<sup>3</sup>.

A partir de 2015, quando houve a oferta de uma disciplina optativa sobre neoliberalismo pelo mestrado na UFF, constituiu-se uma parceria que levou à organização de outras empreitadas acadêmicas, particularmente a participação no Grupo da Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD) da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), o que permitiu abrir novos horizontes de estudos ao apresentar novas categorias como transferência de valor, intercâmbio desigual, padrão de reprodução do capital, superexploração da força de trabalho como peças analíticas importantes para entender a questão da dependência.

Essa participação levou à gestação de um novo projeto coletivo, abrigando em um único grupo de estudos UFF, UFRJ e UNIRIO, o Grupo de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil, que tem como temática central a investigação da formação econômico-social e da particularidade sócio-histórica da questão social brasileira a partir da compreensão da realidade latino-americana e da categoria da dependência, o qual se encontra em funcionamento desde 2018. A participação nesse grupo já levou à co-orientações, organização de publicações e eventos conjuntos.

Simultaneamente, como parte do trabalho docente na UFF se coadunaram frentes de estudos e pesquisa no Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE), organizando reuniões semanais de estudos, com foco centrado na formação e configuração do Estado burguês, desde sua origem até sua fase imperialista atual diante da financeirização e do neoliberalismo e sua relação com as políticas sociais. Tais fundamentos serviram de base para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e formação em pesquisa na graduação, nos quais foram utilizados os fundamentos da Teoria Marxista da Dependência para pensar as tendências das políticas sociais e, em

<sup>3</sup> A aula ministrada nas duas edições intitulou-se Estado brasileiro, contrarreforma e impactos na política social e ocorreram em 27 de junho e 30 de novembro de 2022 na modalidade remota.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

particular, da Política Nacional de Assistência Social brasileira no contexto atual de crise.

Durante a pandemia, os estudos do grupo se focaram nos temas mais voltados à dependência, primeiro focando em debates de textos sobre o desenvolvimento do capitalismo latinoamericano e, posteriormente, na discussão sobre o processo de transição do sistema colonial para o capitalismo dependente brasileiro, tomando a categoria capitalismo dependente como guia de análise, pois a nosso ver permite entender a constituição das particularidades histórico-concretas do capitalismo brasileiro e como o Estado e as políticas sociais ganham especificidades sob a nossa formação econômico-social.

## 2 ESTADO E DEPENDÊNCIA: contribuições teórico-metodológicas

Nesse item, o texto parte do debate marxista do Estado para, em seguida, apontar elementos do caráter dependente dos Estados latinoamericanos como importante chave analítica para pensar o papel do Estado brasileiro na reprodução da dependência contemporânea, onde o recrudescimento da violência, os ataques aos direitos e a piora das condições de vida de trabalhadoras/es compõem parte de estratégia de gestão de uma crise que se aprofunda, particularmente no contexto recente.

O primeiro aspecto para pensar o Estado brasileiro é que ele é essencialmente um Estado capitalista. Nesse sentido, parte-se do método materialista histórico-dialético, recorrendo à obra marxiana e a autores da tradição marxista, para quem o Estado não pode ser entendido por si mesmo, por suas próprias instituições e aparatos, mas pelas articulações com as relações de dominação e poder entre as classes sociais que se organizam nas formas produtivas, a partir de relações sociais, políticas e culturais em luta no movimento histórico.

Foi a partir das contribuições críticas marxiana e marxista que surge uma visão crítica ao Estado Moderno e à concepção liberal e burguesa de democracia.

PROMOÇÃO



APOIO



Entre os principais pilares dessa crítica está a afirmação de que o poder político tem por fundamento a dominação de uma classe sobre a outra para controle da propriedade privada (MARX; ENGELS, 2007). O Estado é visto como resultante do desenvolvimento econômico, ligado necessariamente à divisão da sociedade em classes, à diferenciação da posição dos homens (principalmente) nas relações sociais de produção, quando começa a exploração de classes e os conflitos entre elas. A partir daí a classe que detém o controle da propriedade produtiva (terra, meios de produção, excedente), afirma seu poder sobre todos os outros grupos e classes, se estabelece juridicamente (com regras e leis) e culturalmente para justificar seu domínio (ideologias dominantes) (ENGELS, 2019).

Isso significa dizer que o Estado é essencialmente dominação de classes, mas também condensação das relações de poder, uma forma política de violência concentrada e de relações que conformam uma comunidade ilusória (OSORIO, 2019).

Em O Capital, Marx, ao revelar os fundamentos da sociedade capitalista, revela o “esqueleto que sustenta o Estado burguês” (GRUPPI, 1986, p.28), ou seja, existem formas específicas dessa dominação de classe se manifestar na sociedade burguesa, que a diferencia política e juridicamente das sociedades anteriores. O Estado burguês nasce de uma determinada configuração de classes em luta, para representar os interesses da classe burguesa que vai se tornando dominante, mas que se coloca como representante de toda a sociedade. Nesse sentido, o Estado se apresenta com uma autonomia relativa sobre a sociedade, em nome dos interesses dominantes.

Marx e Engels percebem que essa separação entre Estado e sociedade em uma especificidade no Estado Burguês: a igualdade jurídica, que conforma a base da cidadania moderna. Com isso, a separação entre Estado e sociedade característica do capitalismo, entre proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho requisita, como condição de sua existência, relações jurídicas que tomem uns aos outros como indivíduos livres e iguais. É isso

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



que permite ao Estado se colocar como representante do conjunto de cidadãos, pois fortalece essa dominação legítima sobre a sociedade. Por isso que a representação burguesa do Estado (filosófica, teórica e culturalmente) aparece como sendo o “povo”, de uma coletividade, ou seja, uma expressão do conjunto dos cidadãos, de uma vontade comum.

Para Marx, todavia, essa relação aparente, onde Estado se apresenta como um possível garantidor dos direitos sociais e do trabalho, da igualdade e liberdade, não é falsa, pois tem uma base real. Essas relações jurídicas devem garantir que ambos (produtores diretos e proprietários) sejam politicamente incorporados sob a figura de cidadãos nas relações sociais de produção, como se fosse livres e iguais.

No capítulo 2 do livro I do Capital, Marx (2017) aponta como o processo de troca é o lugar por excelência da liberdade e da igualdade, porque apenas na troca encontram correspondência como proprietários de algo (de meios de produção ou de sua própria força de trabalho).

Essa separação é funcional e necessária, pois permite que a dominação de classe apareça mascarada como expressão do interesse geral. Isso é possível porque a produção da mais-valia não ocorre na circulação, mas na produção, ela só se realiza na circulação, na compra e venda de mercadorias.

O Estado, se apresentando como uma instituição alheia ao domínio econômico do capital sobre o trabalho, alimenta a ficção real capitalista de um mundo onde todos os indivíduos são livres e iguais, regidos por um árbitro neutro, o que se expressa por meio da democracia burguesa.

De acordo com Osorio (2019), entre as inúmeras particularidades do Estado na sociedade capitalista, ele destaca quatro, o que serve para melhores fins da síntese aqui proposta: 1) a primeira está na capacidade do Estado de ser a única instituição capaz de apresentar interesses particulares da classe dominante (em sua diferentes frações como bloco no poder) como interesses de toda a sociedade; 2) a segunda é que o Estado sintetiza valores e costumes compartilhados, projetando rumos comuns, gerando um sentido de comunidade (normalmente identificado

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



nacionalmente, distinto da identificação de classe ou das opressões); 3) a terceira está no fato do Estado condensar todas as redes e relações de poder nessa sociedade, se tornando o centro do poder político (as lutas de classe em torno do Estado não expressam a totalidade da política, mas centralizam as forças políticas em luta nessa sociedade); 4) por fim, a quarta se situa no papel do Estado na reprodução social em todos os campos material e simbólico.

Mas o Estado possui particularidades espaço-territoriais em um determinado tempo histórico. Considerando esse pressuposto, o Estado apresenta instituições e aparelhos que são dinâmicos historicamente, suas funções variam de acordo com a correlação de forças dos conflitos sociais e das contradições existentes no próprio capitalismo (MASCARO, 2013).

Isso nos liga ao próximo elemento para pensar o Estado brasileiro. Somos um Estado dependente.

Isso significa entender que o Estado deve ser pensado a partir das complexas condições constitutivas e determinações próprias que advém do desenvolvimento capitalista desigual e combinado da América Latina e que se expressam por meio das lutas de classe nessa formação econômico-social concreta. Ou seja, devemos entender a forma particular como o desenvolvimento capitalista é concretizado na região – sendo o Brasil parte desse continente. Entendendo essa condição histórica dependente regional como fundamento para entender as condições constitutivas desse Estado dependente (GRANATO, 2021).

Nessa dimensão se trata de considerar quais formas particulares são essas, que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, suas respectivas formas de dominação, como parte do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no sistema mundial. Ou seja, não é só afirmar que é particular, mas precisa mostrar como é diferente, caracterizar quais são essas diferenças, de onde surgiram e como se reproduzem.

A dependência se conforma a partir da forma subordinada que marca a integração historicamente constituída das economias latino-americanas no mercado

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mundial, a qual tem como fundamento a transferência de valor porque as relações de produção são desiguais, baseadas no controle do mercado e no controle político por parte das nações imperialistas.

Aqui também estamos assumindo que os requisitos do padrão de desenvolvimento que é inerente ao capitalismo dependente não são só econômicos, mas necessitam também de forma específica de estabilidade política e controle efetivo do poder do Estado por parte da burguesia nativa, porque temos uma dupla expropriação do excedente econômico (pela burguesia externa e interna) (FERNANDES, 1981) realizada com base na superexploração da força de trabalho (MARINI, [1979] 2012), o que requer constantes ações de legitimação da ordem, com a implementação de ações que dão base para a reprodução do racismo, machismo, homofobia e xenofobia em sua forma especificamente capitalista.

Originalmente, houve uma incorporação violenta e desigual dos países colonizados no mercado mundial e que vem determinando o desenvolvimento do capitalismo nesses países até os dias atuais, pois na base dessa inserção subordinada está a exportação de matérias-primas de origem agrária que marcam uma organização de produção (GRANATO, 2021).

Vale ressaltar que essa situação dependente que vai se estabelecendo não é uma mera imposição externa, mas vai se constituindo a partir de uma brecha crescente que vai se estabelecendo entre as economias centrais e as de origem colonial. As diferenças estão no ponto de partida, ou seja, no tipo de valores de uso que ambas produzem e trocam, na forma como os produzem e para quem os produzem (OSORIO, 2016).

Essa é a principal razão pela qual as economias dependentes buscam compensar as perdas resultantes dessas transferências de valor recorrendo à superexploração da força de trabalho, no âmbito da produção interna, o que se reflete em uma forma particular do ciclo de capital das economias dependentes, que perpetua e reproduz estes mecanismos, mantendo assim a reprodução da própria dependência (MARINI, [1979] 2012).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Essa é uma situação estrutural nas economias dependentes, pois a dialética externo-interno exige que a burguesia local programe políticas (econômicas, sociais etc.) que criem condições para a manutenção do imperialismo, cujas condições são reproduzidas pelo Estado, o que requer processos extremamente violentos, para manter os trabalhadores dentro de padrões de vida estruturalmente no limite da sobrevivência ou mesmo abaixo dela, o que não ocorre sem resistências e lutas.

Os Estados latino-americanos precisam reproduzir essas condições no campo político e no campo econômico, de modo a atender aos interesses das classes dominantes nos países imperialistas, ao mesmo tempo em que acolhe os interesses das burguesias internas. Uma vez que as relações de poder de diferentes Estados no sistema mundial são desiguais, fazendo com que tenham uma soberania frágil no plano internacional, as burguesias locais operam sempre com base em associação aos capitais imperialistas em diversos momentos históricos sob acordos que se processam de diferentes formas (BICHIR, 2018). Ou seja, podemos inferir que a dependência ocorre simultaneamente na economia e na política.

Contudo, apesar de uma soberania frágil no plano externo (ou seja, pouca autonomia para decidir ou de criar sobre seus projetos próprios), os Estados dependentes possuem forte poder político local (interno) e o utilizam em seus respectivos territórios nacionais a partir dos aparatos do Estado (poderes executivo, legislativo e judiciário, burocracia estatal, poder militar e de polícia), para garantir essas condições de reprodução da dependência, particularmente a partir do controle e da regulação da vida da classe trabalhadora, construindo e gerindo condições políticas, ideológicas e sociais que permitam a perpetuação da superexploração (OSORIO, 2019).

Sob essa perspectiva, entender a natureza sócio-histórica do Estado brasileiro requer que consideremos o nosso legado colonial, sua transição para o capitalismo dependente, o desenvolvimento do capitalismo no âmbito da formação econômico-social brasileira, além das lutas e resistências que acompanham esses

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



processos, como condições constitutivas do Estado e das formas de dominação no Brasil.

A nossa entrada naquilo que historicamente identificamos como sociedade capitalista não significou que as formas e métodos de dominação das classes imperialistas e das burguesias locais deixassem de utilizar métodos elaborados durante os processos de colonização. Ou seja, os processos prévios apropriação de riquezas por meios políticos perduraram para além do sistema colonial, porém agora associados e renovados pelas relações capitalistas de produção.

O reconhecimento de que o período colonial brasileiro – assentado no latifúndio monocultor voltado para a exportação mediante mão de obra escravizada – contribuiu para dinamizar a expansão do capital comercial na Europa (especialmente a Inglaterra), colaborando para criar as condições estruturais para a formação do capitalismo (como parte do sistema colonial) é fator essencial para pensar a origem da nossa dependência e das atuais formas de dominação e controle do trabalho com base no racismo e sexismo.

Diante disso, podemos considerar que as pilhagens e os processos de escravização que ocorreram simultaneamente à exportação de matérias-primas de baixo custo no período colonial brasileiro, como parte dos modos de produção coloniais vinculados à produção de mercadorias, deixaram determinações tanto sobre o sentido da propriedade da terra, como propriedade privada, legal e juridicamente organizada, como também sobre o sentido do trabalho, ao separar violentamente os povos originários de seus meios de produção e, posteriormente, a população negra que chegava escravizada, a qual também era expropriada material e simbolicamente, gerando uma impossibilidade de acesso generalizado a qualquer meio de subsistência (SOUZA, 2020)

No momento de transição para o capitalismo dependente no Brasil, o rompimento com a matriz colonial e a passagem para uma situação de independência política não representou uma ruptura com os diversos modos de dominação até então organizados. Pelo contrário, abriu caminho para novos

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



processos de dependência e subordinação. Foi justamente utilizando a propriedade da terra e elementos da divisão racial e sexual do trabalho herdada no sistema colonial, que as classes dominantes vão gerenciando valores morais e costumes para configurar a mercantilização da força de trabalho que vai sendo liberada, baseando-se na racialização e reforço do patriarcado nas relações sociais para configurar uma determinada hierarquização e estabelecer formas de controle da força de trabalho (SOUZA, 2020).

A transição das formas de trabalho escravizadas para constituição de uma força de trabalho assalariada não foi só uma mudança jurídica, promovem-se um conjunto de transformações e rupturas na forma de organização do trabalho, respondendo também às lutas de resistências de escravos/as contra a exploração e a opressão. O desfecho dessa transição para o trabalho livre e assalariado ocorreu mediante políticas deliberadas por parte do Estado, o que gerou uma enorme oferta de trabalho criada pelo término da escravização e do comércio de pessoas escravizadas e, em parte pelas populações originárias, as quais jamais foram majoritariamente incorporadas aos processos produtivos e circuitos de consumo industriais. (CASTELO, RIBEIRO, ROCAMORA, 2020)

Segundo Souza (2020), essa enorme oferta da força de trabalho “reserva” é a tônica do desenvolvimento dependente brasileiro desde a sua origem, e conforma o fundamento que vai permitir as condições de rebaixamento do valor da força de trabalho, intensificação da exploração e aumento das jornadas, ou seja, condição base para que a superexploração se realize. A formação dessa superpopulação relativa trabalhadora vai muito além de um exército de reserva. Essa parcela da população vai ter uma integração muito precária nos circuitos de produção e de consumo desde a origem do capitalismo dependente no país, se mantendo na informalidade, em trabalhos intermitentes, sazonais, temporários, parciais nas áreas urbanas e/ou rurais.

Ao longo do século XX vai se estabelecer aqui nessas terras uma forma de organização social que não incorpora todos/as no processo de desenvolvimento

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



industrial, deixando de fora a maioria dos racializados como não brancos, que quando conseguem alguma forma de trabalho nesses circuitos acabam por ser as mais precarizadas e mal pagas.

É nesse sentido que Rodrigues (2022) afirma que o controle e a coerção do Estado dependente brasileiro sobre essa população negra e pauperizada é fundamental para garantir a dependência, pois ao reproduzir as estruturas de raça, classe e gênero, garante as condições de manutenção das desigualdades daí decorrentes, base para superexploração, que é fundamento da dependência.

### 3 CONCLUSÃO

O trabalho procurou demonstrar como o trabalho coletivo de um grupo de pesquisa - seja a partir de estudos coletivos, seja a partir da produção de conhecimentos na iniciação científica ou na pós-graduação via orientações, seja por meio do ensino (com os acúmulos nas disciplinas na graduação e na pós-graduação, orientação de estágio docente e monitoria), seja pela participação em ações de extensão e interlocuções com outras universidades e participação nas entidades da categoria – pode colaborar para o fortalecimento de um programa de pós-graduação, tanto nas ações internas à Universidade como na sua projeção externa, ao articular ações junto à graduação.

Ao estimular a reflexão do tema Estado e dependência, buscamos trazer algumas das principais reflexões teórico-metodológicas aglutinadas ao longo dessa trajetória, as quais pontuam algumas questões: 1) utiliza como base a teoria marxiana e a tradição marxista como ponto de partida para entender o Estado brasileiro como Estado capitalista; 2) considerando o desenvolvimento desigual e combinado, sendo o Estado brasileiro um Estado dependente, deve-se entender a forma particular de desenvolvimento capitalista na América Latina – sendo o Brasil parte desse continente, é parte dessa condição histórica dependente regional; 3) não é possível entender o Estado brasileiro sem considerar o escravismo, o colonialismo, o genocídio, bem como o estabelecimento da dependência e o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



imperialismo, os quais longe de serem resquícios do passado, servem de eixos de sustentação das formas de dominação burguesas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

BICHIR, M.M. Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 535-553, Set./Dez. 2018

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinícius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRANATO, L. **O Estado latino-americano: teoria e história**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1986.

IASI, Mauro. Cinco teses acerca da formação social brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência [1973]. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini**. Vida e Obra. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I [1867]. Capítulo 2. São Paulo, Boitempo, 2017.

MASCARO, A.L. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019. (Cap. 7).

RODRIGUES, L.F.B. A teoria marxista da dependência e o Estado dependente. **Revista Marx e o marxismo**, v.10, n.18, jan./jun. 2022.

SOUZA, Cristiane Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: HUCITEC, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## CAPITALISMO DEPENDENTE, DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO: ensino, pesquisa e extensão em movimento

Anna Clara Coutinho da Silva<sup>4</sup>  
Ana Cristina Oliveira de Oliveira<sup>5</sup>  
Ana Maria Almeida Conceição<sup>6</sup>  
Fernanda Arruda de Oliveira<sup>7</sup>  
Fernanda Catharino Machado<sup>8</sup>

### RESUMO

O texto propõe-se a reunir a difusão dos estudos e pesquisas do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social para celebrar os 10 anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. De forma articulada, apresenta reflexões trazidas por uma das pesquisas intitulada “Dialética do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil: conservadorismo, divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino” na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é investigar os eixos centrais da atual configuração do capitalismo, especialmente a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, relacionando-a com a manifestação recente do avanço da superexploração da força de trabalho na divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino com reflexos do conservadorismo. Apontamos, por fim, o trabalho na esfera da reprodução social, neoliberalismo e as contradições sexistas e racistas nas políticas sociais, alicerçada ao método em Marx.

**Palavras-chave:** Pesquisa; trabalho doméstico feminino; divisão sociosexual e racial do trabalho.

<sup>4</sup>Graduanda de Serviço Social pelo Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)/ Niterói; accsilva@id.uff.br

<sup>5</sup>Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UERJ e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/ Niterói e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional; anacristinaoliveira@id.uff.br.

<sup>6</sup>Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)/Niterói. analmeida@id.uff.br

<sup>7</sup>Mestranda do Programa de Pós de Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF; fernandao@id.uff.br

<sup>8</sup>Mestranda do Programa de Pós de Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF; fernandamachado@id.uff.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## ABSTRACT

The text proposes to bring together the dissemination of studies and research by the Interinstitutional Center for Studies and Research on Social Theory, Work and Social Work to celebrate the 10th anniversary of the Graduate Program in Social Work and Regional Development at the Fluminense Federal University. In an articulated way, it presents reflections brought by one of the researches entitled “Dialectics of dependent capitalist development in Brazil: conservatism, socio-sexual and racial division of female domestic work” in the indissociability of teaching, research and extension. The objective is to investigate the central axes of the current configuration of capitalism, especially the dependent capitalist insertion of Brazil in the world economy, relating it to the recent manifestation of the advance of the overexploitation of the workforce in the sociosexual and racial division of female domestic work with repercussions of conservatism. Finally, we point out the work in the sphere of social reproduction, neoliberalism and the sexist and racist contradictions in social policies, based on the method in Marx.

**Keywords:** Research; female domestic work; sociosexual and racial division of labor.

## 1. INTRODUÇÃO

O texto que ora apresentamos tem a preocupação de reunir os elementos candentes mais efêmeros ao Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social<sup>9</sup>, Trabalho e Serviço Social e o grupo de pesquisa Grupo de Estudos Permanente – Trabalho, Questão Social e Serviço Social: expressões do conservadorismo na formação social brasileira para enaltecer o conjunto de ações que vem sendo desenvolvidas nos últimos dez (10) anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional no legado de promover a articulação e difusão dos estudos e pesquisas voltados à temática do Serviço Social, a partir da discussão dos seus fundamentos na Teoria Social Marxista. O NUTTS no seu conjunto, realiza intercâmbio com grupos similares no Brasil (UNIRIO/Fundação Joaquim Venâncio/UFRN e UERJ). Cabe destacar que os

<sup>9</sup>O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) fundado na Universidade de Brasília em 2009, constituía-se como um dos poucos Núcleo da região a ter o Serviço Social e seus fundamentos como eixo central dos estudos e pesquisas. Em 2015, o NUTSS assume o caráter interinstitucional, passando a estar formalmente vinculado a Universidade Federal Fluminense – UFF/Niterói em articulação com outras instituições UNIRIO, UERJ, UFRN e FIOCRUZ.

PROMOÇÃO



APOIO

pesquisadores desenvolvem Grupos de Estudos Permanentes - GEPs; projetos de pesquisa e extensão.

Nestes termos, o texto preocupa-se em consolidar a fundamentação sobre a formação social brasileira realizando a crítica ao conceito de desenvolvimento no capitalismo através das ações do NUTTS e, pela particularidade das reflexões trazidas por uma das pesquisa em andamento pela FAPERJ intitulada “Dialética do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil: conservadorismo, divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino” na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão universitária. Portanto, a partir do arcabouço do desenvolvimento desigual<sup>10</sup> e do “padrão dependente da educação superior brasileira” podemos descortinar as contradições das questões que são colocadas.

A produção do NUTSS é relevante em periódicos conceituados no Qualis Periódicos e Qualis Livros com publicações na qual destacamos as obras organizadas com capítulos de pesquisadores do NUTSS, para ser um espaço estimulante de elaboração, produção e circulação do conhecimento na organicidade de pesquisa no interior da graduação e pós-graduação. Dentre as obras destacamos o livro “Trabalho e os limites do Capitalismo: novas facetas do neoliberalismo” publicado, em 2020, pela editora Navegando, “Duras vidas Severinas: realidade brasileira e Serviço Social” (no prelo) e o livro “Escravidão e Dependência: opressões e superexploração da força de trabalho”, publicado em 2022 pela Lutas Anticapital e FAPERJ. Além do mais ressaltamos a participação de capítulos no livro organizado pelo PPGSSDR intitulados “*Development, Brazilian Social Formation and Public Policies: Analytical Subsídies For Social Work*”, publicado em 2019 pela Navegando e “Políticas Regressivas e Ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais de um país de capitalismo dependente”, publicado em 2020 pela Navegando. Além disso, o NUTTS participou de capítulos em livros como (i) o “Desenvolvimento Regional e a produção de conhecimento na pós-graduação: reflexões e desafios”, no livro “Pesquisa em Serviço Social e Temas

<sup>10</sup>Sobre o desenvolvimento desigual ver Lukács (2012, p. 369).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Contemporâneos” publicado em 2020 pela Editora Cortez, 2020 que tem como principal objetivo “fortalecer e consolidar a pesquisa e a formação de recursos humanos” de Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social, de todas as regiões do país; (ii) “Pandemia e conservadorismo no Brasil: fundamentos e conjuntura recente” e “Favela e Covid-19: registros da continuidade”, publicados no livro “Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral” publicado em 2020 pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fio Cruz, dentre outras publicações relevantes de pesquisadores do NUTTS em periódicos com egressos do PPGRSSDR, Anais de Eventos Científicos, organização de eventos científicos, *lives*, *podcast*, pareceres e notas técnicas, residência multiprofissional em Serviço Social. Dentre outras formas de produção e socialização de conhecimento, salientando dois eventos como o (i) Ciclo de Estudos e Debates Virtuais “Novas” e “velhas” formas de exploração da força de trabalho no Brasil: opressões e superexploração da força de trabalho – 2021; (ii) O “I WEBNÁRIO NUTSS Trabalho e Serviço Social: desafios contemporâneos com o tema Fundamentos do trabalho e desafios contemporâneos” e (iii) “O diálogo(im)pertinentes: a centralidade de trabalho-educação e a fotografia como fonte de pesquisa social”, em 2020.

Nesta celebração dos 10 anos do Programa de Pós Graduação, da qual o GPE passou a fazer parte em 2019, destacaremos no texto parte das reflexões do Projeto de pesquisa atual. A ênfase de estudos e pesquisa é construída a partir da teoria social crítica em Marx analisando a sociedade capitalista, a divisão sociosexuais e raciais do trabalho, as desigualdades sociais impressas pela violação de direitos nas particularidades da formação social brasileira (e latino-americana) na relação com o pensamento conservador debatendo a natureza das reformas do Estado para a classe trabalhadora e sua materialização nas políticas públicas que impactam diretamente nas populações pauperizadas na conjuntura de crise política, econômica e sanitária, no atual estágio do capitalismo, um sistema “autofágico e destrutivo” (ANTUNES, 2022).

PROMOÇÃO



APOIO



Ainda com a expansão dos Mestrados e Doutorados desde os anos de 1990, a partir arcabouço do desenvolvimento desigual<sup>11</sup> e do “padrão dependente da educação superior brasileira” podemos descortinar as contradições das questões que são colocadas, conforme as autoras Ramos, Oliveira e Soares, (2020, p. 154) ao considerar que:

Ainda que a expansão educacional atenda às necessidades do capitalismo, devemos ressaltar que na particularidade do capitalismo dependente, ela estrutura-se sob a ideia de privilégio e de uma dualidade: para a classe trabalhadora existe uma educação sem crítica e aligeirada e para a burguesia uma educação de excelência, somada à privatização da educação.

A formação das classes trabalhadoras na particularidade brasileira é permeada pelo sexismo e racismo estrutural,<sup>12</sup> conforma a intensificação da superexploração da força de trabalho<sup>13</sup> sobre o proletariado negro. Esta conformação na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro, intrínseca à constituição da divisão internacional do trabalho, em outros termos, no sistema capitalista internacional, edifica na força de trabalho da população negra o lugar “desqualificado” na absorção desta massa de trabalhadores na produção.

O objetivo é investigar os eixos centrais da atual configuração do capitalismo, especialmente a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, relacionando-a com a manifestação recente do avanço da superexploração da força de trabalho na divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino com reflexos do conservadorismo calcada na superexploração da força de trabalho engendrando o processo da mercantilização da força de trabalho e a inserção do nosso país na divisão internacional do trabalho.

## 2. Produção e reprodução das relações sociais da força de trabalho superexplorada

<sup>11</sup> Sobre o desenvolvimento desigual ver Lukács (2012, p. 369).

<sup>12</sup> Sugerimos ver a grandiosa contribuição sobre o racismo estrutural do Silvio Almeida (2018).

<sup>13</sup> Sobre superexploração da força de trabalho ver Marini (2005).

O capitalismo em seu movimento e anatomia produz e reproduz relações de produção e, por conseguinte, relações sociais que se derivam dessa organização produtiva. É nessa necessidade de adquirir os elementos da realidade de uma forma mais condizente, e excluindo análises superficiais, que setores progressistas, principalmente no Brasil começam a reivindicar análises que se afastassem de um caráter puramente "manualesco" nos partidos comunistas e economicista. Nesta esteira que os movimentos feministas, ainda se vendo em uma posição de silenciamento dentro da "nova esquerda", despontadas entre os anos 1960-1970, com uma tendência de atualização, chama o marxismo para a sua crítica. Com isso, os chamados estudos de gênero (acadêmicos ou institucionalizados) ressaltam as análises feministas marxistas, um dos elementos mais fundamentais do materialismo histórico dialético: a categorial da totalidade, sendo o marxismo reivindicado por feministas radicais, materialistas, marxistas, porém com diferenças na forma de apropriação do marxismo. Uns mais estruturalistas, outras mais dialéticas (MORAES, 2021).

De forma mais clara, trata-se, então, de olhar essas relações sociais no seio de uma sociedade capitalista pela chave da categoria da totalidade, o qual requer uma práxis política, transformadora e emancipatória. É partir disso que, reivindicando a dialética marxista e discutindo método que o debate feminista avança nas análises feministas ao considerar a relação entre gênero, raça e classe, quais sejam: interseccionalidade e consubstancialidade.

Porém, ainda permanece uma diferença, porque nas análises de consubstancialidade e coextensividade, classe, raça e sexo são relações sociais estruturantes em qualquer desenvolvimento teórico, já quando se utiliza interseccionalidade, a geometria é variável, de modo que outras categorizações podem compor a multiposicionalidade, tais como religião, idade, nacionalidade etc. (MORAES, 2021, p. 145).

Moraes (2021) destaca a imprecisão de classe com fundante das relações sociais como na perspectiva marxista. Para a autora, ao tratar do tema recupera Hirata (2014) que

chama a atenção para algo que muitas vezes não está explícito no debate entre interseccionalidade e consubstancialidade, que é o fato de que a primeira se centra mais na relação entre gênero e raça, secundarizando a

## PROMOÇÃO



## APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



classe, enquanto a segunda se centra mais em gênero e classe, secundarizando raça (MORAES, 2021, p. 145).

E complementa com a análise de Roncato (2020) quando a autora Moraes (Idem) “chama atenção para a questão de que, em geral, quando a abordagem é interseccional, a concepção de classe social carece de precisão<sup>14</sup>, parece ser utilizada muito mais no sentido de estratificação social do que classe como fundante das relações sociais, como na perspectiva marxista”

Atravessado pelo universal, até chegar o particular e o singular as feministas da Teoria da Reprodução Social (TRS) procuram superar análises parciais das opressões na sociedade capitalista contemporânea. Propõe, assim, uma teoria unitária “que não pressuponha classe, raça e sexo como sistemas em separado, mas que articule e explique a “experiência diferenciada-mas-unificadas múltiplas opressões” (FERGUSON, 2017, p. 15)

O feminismo latino-americano dadas as contradições internas avança ao evidenciar a “ênfase direcionada à dimensão racial (quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente” (GONZÁLEZ, 2011 s/p) apresenta a universalidade, particularidade e singularidade ao referir-se às *ameríndias* e *amefricanas*, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade, descolando do mundo eurocêntrico e neocolonialista. Para a autora, “a conscientização da opressão ocorre, antes de tudo, por causa da raça. Exploração de classe e a discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado” (idem). “Em outras palavras, tudo é socialmente mediado. Não há trabalho fora do gênero, raça ou capacidade, assim como não há gênero fora da raça, do trabalho e da sexualidade” (ARRUZZA, 2015, p. 30-1). A defesa, portanto, deste texto é alicerçar o método em Marx como ferramenta indiscutível na relação integrada entre produção

<sup>14</sup>“Autoras que mobilizam o conceito de interseccionalidade frequentemente não desenvolvem de maneira aprofundada e objetiva sua compreensão de classe social, ou, por vezes é pouco precisa”(RONCATO, 2020, p. 156).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



e reprodução capitalistas, qualificando-o na divisão sociossexual e racial do trabalho.

### 3. Trabalho doméstico feminino e a divisão sociossexual e racial do trabalho

A antiga realidade da divisão sociossexual e racial do trabalho aprofunda com a chegada da COVID-19, pois existe uma segregação em relação às mulheres, em especial as mulheres negras. Isso nos leva a uma reflexão diante da relação entre patriarcado e mulheres ao tratar da servidão voluntária vinculado ao trabalho doméstico e de cuidados, envolvendo toda a vida das mulheres, Hirata (2005) aponta para a naturalização e essencialização das suas atribuições sociais. O lugar de servidão na articulação entre o racismo e o sexismo na subalternização das mulheres negras, sendo-lhes retirado o direito da maternagem, da família, dos cuidados e ao seu próprio corpo (NOGUEIRA e PASSOS, 2020). Segundo Nogueira e Passos (2020), a divisão sociossexual e racial estrutura as esferas produtivas e reprodutivas, sendo um grande ponto determinante na relação da desigualdade que permeia a sociedade. “Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 51 apud NOGUEIRA e PASSOS, 2020, p. 2).

Sabidamente pontuado, as autoras ao falarem da família patriarcal burguesa no que tange a herança colocam como um lugar do “não-ser” (FANON, 2008), ou seja, deixam de ser visto enquanto seres humanos e passam a ser coisificados em sua existência. Desta forma, se faz possível ao sistema capitalista hierarquizar as relações e explorar bem como, oprimir a população negra.

Falar do trabalho doméstico feminino é falar de trabalho reprodutivo. Sendo assim, a quem compete o trabalho reprodutivo? Alicerçados a uma lógica patriarcal e machista o trabalho doméstico, na reprodução dos seres humanos, assume na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociedade capitalista uma relação intrínseca com a situação de inferioridade da mulher no mundo atual (MELO e CASTILHO, 2009).

No entanto, é do trabalho reprodutivo que provém o sustento, a sobrevivência e a manutenção do homem enquanto ser social. Analisando os dados do 4º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, coletados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2022) consta que o Brasil continua 5,8 milhões de pessoas ocupadas com trabalho doméstico, equivalente a 5,9% da força de trabalho e dentre esses dados 91,4% são mulheres. A partir destes dados é possível traçar um parâmetro acerca de como as atividades domésticas tornam-se atividades exclusiva das mulheres, estas por sofrerem com as desigualdades no mercado de trabalho, dentre elas salários inferiores aos da parcela masculina, se veem na condição de oferecer sua força de trabalho para as ocupações domésticas a fim de possuir renda para sua sobrevivência. A seguir analisaremos o trabalho na esfera da reprodução social, neoliberalismo e as contradições sexistas e racistas nas políticas sociais.

#### 4. O trabalho na esfera da reprodução social, neoliberalismo e as contradições sexistas e racistas nas políticas sociais

Entendemos que na sociedade capitalista as opressões e desigualdades de gênero não se apresentam como um sistema autônomo, mas articulados a processos históricos específicos e particulares de cada formação social, os quais mediante a dissolução de formas de vida social precedentes tornaram-se parte estrutural e estruturante da sociedade capitalista. Arruzza (2015) expõe a reprodução social enquanto um conceito que irá compreender e analisar as opressões e desigualdades de gênero a partir da teoria unitária de perspectiva marxista-feminista. Parte da compreensão de Marx em que produção e reprodução social formam uma unidade indivisível no modo de produção capitalista e defende uma análise crítica do capitalismo o entendendo no âmbito de uma totalidade social

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

articulada e contraditória por relações sociais de exploração, dominação e alienação.

Do ponto de vista do capital é estruturalmente interessante a fragmentação e subalternização do trabalho de reprodução social, o qual visto como dissociado da esfera de produção social coloca-se enquanto trabalho – praticamente privativo, das mulheres – processo esse historicamente constituído e que se legitima a partir da divisão sexual (FEDERICI, 2004) e racial (DAVIS, 2016) do trabalho na sociedade capitalista. Deste modo, a teoria da reprodução social apreende o capitalismo como um sistema unitário que desigualmente integra esfera da reprodução e da produção social, de forma que alterações em uma esfera impactam na outra.

Silva (2018) analisa que o modo de produção capitalista como predominante na sociedade contemporânea não se limita à produção da vida material, mas também se sustenta pela reprodução das relações sociais, as quais são balizadas pelos parâmetros de valorização do capital e de necessidades humanas relegadas aos interesses do capital. Nesta lógica imperante do atual estágio do capitalismo, apontam-se como males necessários para um futuro desenvolvimento – que nada mais é que um processo de valorização do capital, ainda que às custas de um futuro da raça humana e até mesmo do meio ambiente: os desinvestimentos e retrocessos nos direitos trabalhistas, o avanço predatório sobre os recursos naturais, o ataque aos povos originários, o desemprego estrutural, os ajustes fiscais no âmbito das políticas públicas etc. Coloca-se, assim, a conta do acirramento das contradições e das possibilidades do modo de produção capitalista na conta dos trabalhadores mais precarizados, destacando-se os impactos na vida das mulheres, principalmente as empobrecidas, periféricas e negras. Como analisa Silva (2018, p. 9), nas reais necessidades sociais “na escala social hierárquica e racialista as vidas de extensas populações negras e não brancas são reduzidas a percentuais de gastos que precisam ser diminuídos”.

Neste mote de processos, o conservadorismo moderno, o individualismo, a concorrência e a meritocracia, enquanto categorias específicas do capitalismo, são

PROMOÇÃO



APOIO



ressignificadas para enaltecer modos de vida historicamente hegemônicos e que reconfigurados tornam-se adequados para a atual organização societária (SILVA, 2018). O sexismo e o racismo apresentam-se não como sistemas autônomos e menos ainda indiferentes ao modo de produção capitalista, mas como relações sociais estruturais e estruturantes do modo de produção e reprodução do capitalismo, que tem suas contradições adensadas em períodos de crise do capital.

Hirata (2005) em suas análises buscará destrinchar os impactos do processo de mundialização do capital e inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho a partir da compreensão da centralidade das mulheres empobrecidas e imigrantes nos trabalhos de reprodução social. Em seu artigo “*Globalização, trabalho e gênero*” Hirata (2005) pondera sobre o trabalho do *care*(cuidados) quanto à centralidade do trabalho das mulheres de forma institucionalizada quanto nos domicílios remunerada ou não. A autora aponta que a organização social do cuidado revela tanto na Europa, quanto no Brasil e Japão uma atribuição central à mulher e à família, e conclui que

a despeito das diferenças sociais entre esses lugares, *o trabalho de cuidado é realizado majoritariamente por mulheres, e provavelmente continuará sendo, dado que se trata de um trabalho precário, com baixos salários, mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado* (HIRATA, 2005: p. 61).

Nisto a autora refletirá que na sociedade contemporânea o trabalho tem sido fomentado pelas contradições sociais expressas na realidade social, como o racismo estrutural e a questão da imigração/migração, processos esses recrudescidos na conjuntura de crise estrutural e globalização do capital. Além do exposto, Hirata (2010) considerará em relação às novas configurações da divisão sexual do trabalho que:

1- a mundialização criou mais empregos femininos, mas empregos ao mesmo tempo mais precários e mais vulneráveis; 2- a abertura de mercados e a política de desregulamentação implicaram em condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando a carga de trabalho remunerado e não remunerado; 3- privatização – uma parte do trabalho de reprodução social assegurada antes pelo Estado, passa a ser remetido à esfera familiar e ao mercado de trabalho precário (trabalho feminino pouco

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

remunerado para assegurar o trabalho de reprodução social (HIRATA, 2010, p. 5).

No que se refere ao terceiro ponto destacado por Hirata (2010), de acordo com a realidade social brasileira podemos apontar uma desigualdade que salienta fortemente a questão racial na exploração da força de precarizada usada para o trabalho de reprodução “remunerado”. A crise sanitária da covid-19 expôs fortemente as fraturas de uma formação social que nunca reparou a parcela da população negra deixada às próprias custas no pós - abolição, sem nenhum processo de reforma estrutural e reparação social aos ex-escravizados. Esse movimento tende a sobrecarregar principalmente as mulheres no trabalho de reprodução social na medida que o processo de individualização e mercantilização supracitado se adensam e as responsabilidades atreladas a reprodução social são privatizadas junto a desresponsabilização do Estado onerando, principalmente, a população feminina, empobrecida e negra.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos contribuir com o pensamento social crítico nacional e internacional que conta com uma trajetória referenciada dos autores envolvidos no campo da esquerda progressista, da sociologia do trabalho com obras fundamentais para entender o capitalismo dependente, os fundamentos do trabalho, a superexploração do trabalho contemporâneas (trabalho precarizado, intermitente, remoto, etc), o trabalho e expressões de opressão, sexismo e racismo contemporâneos, neoliberalismo, escravidão moderna, degradação do trabalho, trabalho doméstico feminino, ontologia e práxis, os fundamentos e atualidade do conservadorismo e Serviço Social e tantos outros assuntos transversais que desvendam (i) as distintas formas existentes no capitalismo contemporâneo para se elevar a taxa de mais-valia ou taxa de exploração e o (ii) trabalho e expressões contemporâneas de opressão.

Revelando a celebração do NUTSS no PPGRSSDR, demos ênfase à reflexão do patriarcado como um sistema histórico de dominação-exploração das

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004) expressa pelos desdobramentos na divisão sociossexual e racial do trabalho pela desigualdade salarial, de ocupações no trabalho. Haja vista que o aprofundamento do conservadorismo e suas expressões contemporâneas reacionárias, ao se inserirem no marco da crise capitalista e da luta de classe, atingem alarmantes níveis de superexploração da força de trabalho. O trabalho doméstico feminino não é um fenômeno novo e muito menos restrito à realidade brasileira, mas distingue sob as particularidades como estrutura o modo de produção capitalista dependente (NOGUEIRA e PASSOS, 2020). Estamos falando do patriarcado e racismo como relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes.

A divisão sociossexual e racial, portanto, deriva do modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, de forma que a condição feminina resulte subalternizada. É possível afirmar que, o trabalho de cuidado não remunerado, é condição essencial para permitir a exploração da classe trabalhadora. Contudo a exploração não se expressa igualmente a todas pessoas, mulheres negras e pobres são afetadas de modo peculiar à exploração de sua força de trabalho. Raça, gênero e classe são elementos determinantes da exploração capitalista. Nesse sentido, a questão racial se insere produzindo força de trabalho precarizada, a mesma que será destinada ao trabalho de reprodução social, isto é, promove maior desigualdade social.

Dessa maneira, as atividades domésticas e de cuidado tornam-se majoritariamente atribuídas às mulheres. A forma como os afazeres e cuidados domésticos são divididos restringem às mulheres de ampliar sua profissionalização, por exemplo. Além disso, a sobrecarga doméstica soma-se à laboral. Dessa maneira, as mulheres enfrentam dupla ou tripla jornada de trabalho, gerando ainda mais desgaste físico e mental. Outro ponto importante diz respeito ao trabalho de reprodução exercido pelas mulheres. Este que não é remunerado e amplia as condições de exploração da força de trabalho de todo conjunto da sociedade, pois as necessidades humanas são deixadas em segundo plano em detrimento aos

PROMOÇÃO



APOIO



interesses do capital. Todavia, vai além da reprodução da vida material, mas também a produção das relações sociais está imbricada nesse contexto. A ideologia meritocrática transfere ao nível individual um problema marcadamente estrutural.

Logo, o processo de individualização e mercantilização aumentam as responsabilidades sobre o cuidado, acentuado pela desresponsabilização estatal. Com isso, a exploração sobre mulheres negras e pobres é intensificada no contexto atual de crise do capital. Portanto, concluímos que reivindicar a centralidade ontológica que o trabalho assume em Marx posto que é fundante do ser social, é o pressuposto central desta análise ao recuperar luckasianamente toda a imagem da totalidade.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico.** São Paulo: Boitempo, 2022.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º semestre de 2015.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe; tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: **Boitempo**. 1. ed [recurso eletrônico], 2016.

DIEESE. Infográfico - Trabalho Doméstico. **DIEESE, 2022.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html> Acesso em: 03 de junho de 2023.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas.** Editora UFBA, Salvador, 2008.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** Tradução do coletivo Sycorax. [recurso digital], 2004.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. Campinas, **CEMARX**, 2017.

GONZÁLEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, 2011. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf). Acesso em 03/03/2021

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

HIRATA, H. Globalização, Trabalho e Gênero. **R. Pol. Públ.**, v. 9, n. 1, jul./dez, 2005, p.111-128.

HIRATA, H. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**- 2ª Edição, 2010, p. 1-7.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, vol. 26, n. 1., 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973]. p.137-180.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. O trabalho reprodutivo no brasil: quem faz? **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan./abr. 2009, p. 135-158.

MORAES, L. de C. G. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. **Plural**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 132-158, 2021.

NOGUEIRA, C. M. e PASSOS, R. G. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleith Saffioti. **Caderno C R H**, Salvador, v. 33, 2020, p. 1-9.

RAMOS, A.; OLIVEIRA, A.C.O de e SOARES, M. Desenvolvimento Regional e a produção de conhecimento na pós-graduação: reflexões e desafios. In: CARVALHO, D. B. B. de; STAMPA, I; SANTANA, J. V. e SILVA, M. L. de O. (orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**, 2020, Cortez, 2020, p.153-166.

RONCATO, M. S. **WorkingPoor japônês: trabalho imigrante de kassegui e suas transversalidades**. Tese (doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, A. P. P. da. racismo, sexismo, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial e de gênero nas políticas sociais. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



## DESAFIOS PROFISSIONAIS E TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ATUALIDADE

Rodrigo Silva Lima<sup>15</sup>

### RESUMO

Esse trabalho é um resultado parcial da pesquisa “Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho de assistentes sociais”. Tem por objetivo identificar os desafios profissionais do Serviço Social, a partir dos ajustes e alterações na legislação em vigor, bem como as tendências das políticas sociais brasileiras destinadas a crianças e adolescentes nas três últimas décadas. A primeira seção menciona o conjunto de atividades realizadas nos últimos anos, a relação entre Graduação e Pós Graduação em Serviço Social e os compromissos do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, infância e Juventude. Em segundo lugar é realizada uma correlação entre alterações e ajustes do ECA e as tendências das políticas sociais no Brasil. E as reflexões sobre os desafios postos ao exercício profissional de assistentes sociais encerram o trabalho apontando caminhos para o aprimoramento dos currículos e dos projetos de formação acadêmica.

**Palavras-chave:** Estatuto da Criança e do Adolescente; Serviço Social. Garantia de direitos.

### ABSTRACT

This work is a partial result of the research “Thirty years of the Child and Adolescent Statute and the interface with the work of social workers”. It aims to identify the professional challenges of Social Work, based on the adjustments and changes in the legislation in force, as well as the trends of Brazilian social policies aimed at children and adolescents in the last three decades. The first section mentions the set of activities carried out in recent years, the relationship between Undergraduate and Graduate Studies in Social Work and the commitments of the Center for Extension and Research in Human Rights, Childhood and Youth. Second, a correlation is made between changes and adjustments to the ECA and trends in social policies in Brazil. And the reflections on the challenges posed to the professional practice of social workers conclude the work by pointing out ways to improve curricula and academic training projects.

**Keywords:** Child and Adolescent Statute; Social Work. Guarantee of rights.

**Keywords:** Keyword 1. Keyword 2. Keyword 3.

<sup>15</sup> Professor Associado da Universidade Federal Fluminense e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato [rodrigolima@id.uff.br](mailto:rodrigolima@id.uff.br)

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo das três últimas décadas os ajustes e alterações na lógica constitucional da Seguridade Social brasileira e na configuração do Estatuto da Criança e do Adolescente têm interferido no trabalho de assistentes sociais em diferentes políticas públicas. Isso tem demandado tanto das Unidades de Formação Acadêmica, como dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, a adoção de ações conjuntas para aprimorar o projeto de formação profissional, ao incorporar as demandas do cotidiano na universidade, e a contribuir efetivamente com a orientação do exercício profissional, por meio da socialização de pesquisas, fóruns de supervisão de estágio e atividades de extensão, como estratégia de aproximação e prevenção de possíveis violações éticas por parte da categoria.

Outro aspecto a ser salientado é que, mesmo que se reproduza equivocadamente uma concepção liberal e abstrata de democracia, apenas como “direito de escolha”, quase reduzida ao direito ao voto nos momentos dos pleitos eleitorais, devemos ampliar e aprimorar a nossa linguagem nas redes de comunicação, nas ruas e nos espaços de trabalho. Reconhecer as contradições dos governos brasileiros e as disputas de projetos de sociedade cerceadas pelo ideário neoliberal exige uma diferenciação dos interesses de classes, a representatividade dos segmentos subalternizados nas atividades políticas e a presença docente, discente e de assistentes sociais nos diferentes espaços sociais.

A crise do capitalismo e o cenário de ascensão ultraneoliberal da extrema direita nos obrigam, mesmo que provisoriamente, a baixar os escudos, abandonar ideias cristalizadas e a se reaproximar dos segmentos que compõe o vasto “campo democrático” em busca de unidade de ações acadêmicas em curto, médio e longo prazo. São essas algumas reflexões sobre os desafios do exercício profissional de assistentes sociais, num esforço de organização e resistência para enfrentar as formas perversas de exploração da força de trabalho, a precarização condições de vida e a violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no país.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 2 “NÃO SABIA QUE VOCÊ FALAVA SOBRE DIREITOS HUMANOS”: a relação entre Pós-Graduação e Graduação em Serviço Social numa sociedade de ilusões

Num evento sobre direitos humanos, promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS 7ª Região), em 2012, uma ex-aluna me parou e, antes de contar que havia se formado e estava trabalhando numa determinada instituição, disse a seguinte frase: “professor, não sabia que você falava sobre direitos humanos, para mim você só falava sobre o tema de criança e adolescente”. No momento eu achei engraçado, mas tomado pelo bom humor daquele reencontro, indaguei se ela realmente achava que crianças e adolescentes não deveriam ser tratados como humanos? Esse episódio me permitiu fazer várias reflexões sobre consciência de classe, o papel da ideologia, o processo de produção do conhecimento e a linguagem que, como nos ensinou Iamamoto e Carvalho (1996), é um instrumento de trabalho de assistentes sociais.

Mesmo com acesso à universidade e aos processos de produção do conhecimento, profissionais de nível superior rotulam pejorativamente os direitos humanos. Isso se deve a muitos fatores como o empobrecimento cultural do corpo docente e discente, a precarização da política de educação superior e todos os códigos reproduzidos pela ofensiva neoliberal, tais como o individualismo, a competitividade e a intolerância (NETTO, 1996). Os preconceitos aos direitos humanos e aos seus defensores, como se fossem apenas “direitos de bandidos” ou de pessoas “inferiorizadas” e “indignas de viver”, são disseminados exaustivamente por canais dos segmentos conservadores e se situam também no desenho da formação profissional. E as exigências acadêmicas, diante de um quadro profundamente desigual, precisam vir acompanhadas de autocrítica relacionada à linguagem acadêmica, de renovação de procedimentos didático-pedagógicos e da necessidade de consolidação de alianças entre a massa estudantil, o corpo técnico-administrativo e os profissionais de apoio.

PROMOÇÃO



APOIO





Contribuir efetivamente para que se “abandone uma condição que necessita de ilusões” exige um estranhamento nas relações político-pedagógicas na universidade. Um estranhamento que, por exemplo, a partir das exigências de “curricularização da extensão”<sup>16</sup>, permita-nos a crítica à convivência da comunidade universitária e à nossa linguagem acadêmica que, infelizmente, ainda não é alcançada por segmentos infanto-juvenis<sup>17</sup>. É questionável que um mesmo espaço acadêmico nos afaste de tal forma ao ponto de que pessoas de empresas terceirizadas que são oprimidas pelo racismo ou pelo machismo, que sofrem ameaças em conflitos urbanos ou com dificuldade de acesso às creches municipais desconheçam, quase que por completo, os seus direitos sociais e os temas de pesquisa e da docência em sala de aula. Ou que o corpo técnico-administrativo seja subutilizado e mantido exclusivamente em tarefas que, embora sejam necessárias, são rotineiras e distantes da alta qualificação de muitos desses profissionais.

O Serviço Social participa das relações de classes e, atravessado por suas contradições, contribui criticamente para repensar a reprodução das relações sociais e como isso atinge a totalidade da vida social (IAMAMOTO, CARVALHO, 1996). Dessa forma, os aspectos supracitados não configuram um impasse a ser problematizado ou tensionado, mas uma expressão dos dilemas da “universidade operacional” (CHAUI, 2003). A fragmentação da sociabilidade de homens e mulheres no modo de produção capitalista, seja pelas violências sofridas, por precárias condições de vida, pelo desemprego ou pobreza é algo silencioso e desumaniza. A universidade pode incidir, ao menos, na consciência de classe dos segmentos que compõe a sua comunidade e onde o pólo oprimido incorpora o discurso do opressor, pois é sabido que “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época” (MARX, ENGELS, 2007, p. 71).

<sup>16</sup> Algumas Unidades de Formação Acadêmica já iniciaram os seus projetos (ABEPSS, 2022, p. 15).

<sup>17</sup> Se crianças e adolescentes nos entenderem, os adultos também entenderão. O uso de uma linguagem acessível (simples sem ser simplória) tem sido uma avaliação na escolha dos nomes da Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. E essa crítica também vai de encontro à autoridade judiciária que, por meio das salas especializadas recentemente implantadas, utilizam de assistentes sociais e psicólogos no depoimento “especial”. Nesse sentido, a universidade, que agora se colore de povo, é mais permeável às mudanças do que o Poder Judiciário?

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 3 O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E A PRODUÇÃO DO NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA E SERVIÇO SOCIAL: tendências e desafios

Numa iniciativa de sistematizar as atividades de impacto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR), Barboza, Pereira e Vale (2020) demonstram que desde os anos de 1990 a CAPES vem impondo uma reestruturação, por meio da racionalidade gerencial, que se ampara numa métrica produtivista da avaliação do sistema de pós-graduação, bem como no esgarçamento orçamentário destinado às instituições públicas federais. Na concepção e estruturação da Pós-Graduação vem se enfrentando inúmeros desafios derivados de profundas transformações sociais e a cada ano tem sido cada vez mais difícil sustentar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Há dez anos, quando surgiu o PPGSSDR, alguns eventos incidiram de forma direta e indireta no luto e na luta da universidade pública brasileira. Inúmeras famílias choravam pela morte de jovens universitários, asfixiados num incêndio da boate Kiss, em Santa Maria - RS. Contudo, a comoção que cercou a tragédia, no início de 2013, não se materializou totalmente no apoio à institucionalização das cotas pelo governo de Dilma Rousseff. Vista com desconfiança, inclusive pela esquerda, a sanção da lei que reservava cinquenta por cento das vagas de universidade públicas para estudantes pretos, pardos ou indígenas que cursaram ensino médio na rede pública foi um acerto. Mas, por outro lado, o governo foi duramente criticado ao adotar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ampliar o Programa Universidade para Todos (Prouni) e expandir as unidades de ensino superior privado. O funcionalismo público federal realizou uma das mais longas greves da história e, ao contrário do que divulgavam os grandes veículos de comunicação, não se tratava apenas de “aumento salarial”, mas de uma luta pela reestruturação e valorização da carreira docente, aumento de investimentos em infraestrutura e a contratação de pessoal por meio de concursos públicos, dentre outros (LIMA, PEREIRA; 2009).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

A universidade está relacionada ao projeto de nação e tem que formar profissionais altamente qualificados, produzir reflexão crítica, socializar conhecimento e fomentar condições para enriquecimento intelectual de seus integrantes (BARBOZA, PEREIRA, VALE, 2020). E a proposta do PPGSSDR, que teve o curso de doutorado aprovado recentemente, tem incentivado produções individuais e coletivas vinculadas a nove Núcleos de Pesquisa e/ou Extensão: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPSS); Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE); Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE); Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Serviço Social e Saúde (NUEPSS); Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS); Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA); Núcleo de Pesquisas e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (NEPEQ); Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS).

Com as pesquisas distribuídas em duas grandes linhas, a primeira – Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira – enfatiza a realidade brasileira e os aspectos relacionados às desigualdades de classe, gênero, raça/etnia. Aborda discussões relativas aos processos de acumulação e desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e à relação de dependência entre países centrais e aqueles localizados na periferia do capitalismo. E a segunda – Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional – salienta os estudos relacionados ao ordenamento estatal e com se ordenam ações em resposta a conflitos e lutas inter e intraclasses na contemporaneidade. Além de políticas repressivas, o Estado desenvolve diferentes políticas públicas e seu reordenamento, sob a ótica gerencialista, tem impactado a formação e o trabalho de assistentes sociais. Busca-se e consolidar estudos e maior conhecimento crítico e instrumental.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Dentre as diferentes ações e temas, identificam-se:

(i) estudos sobre a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais a partir de acúmulos nos fundamentos teóricos, históricos e metodológicos da área; (ii) pesquisas em temas relacionados ao direito à cidade e políticas públicas, movimentos sociais urbanos, acesso à educação básica e direito à terra urbana; (iii) crítica à construção social criminalizadora de classe social, do sexismo e do racismo na produção do espaço na modernidade ocidental, com recorte particular à formação social brasileira; (iv) estudos sobre o direito à terra, à educação e ao trabalho no campo, reforma agrária, processos políticos, lutas sociais e movimentos sociais no campo; (v) produções vinculadas a redes nacionais e internacionais de pesquisa sobre o sentido do ensino superior e o papel da universidade na formação em contexto hegemônico de financeirização na dinâmica de acumulação capitalista, o direito à educação pública e de qualidade; (vi) pesquisas relativas ao direito ao trabalho, transformações no “mundo do trabalho” decorrentes das dinâmicas econômicas e impactos na esfera produtiva, enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas; (vii) estudos sobre direito ao acesso a serviços de qualidade e humanizados na saúde mental e no trato à questão da dependência química; (viii) estudos no campo dos direitos humanos, entre outros (BARBOZA, PEREIRA, VALE, 2020, p. 556-7).

E o objetivo do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância Juventude e Serviço Social (NUDISS), a partir de 2016, era produzir conhecimento acerca das expressões da questão social na área de proteção à infância, adolescência e juventude, desde aquelas relacionadas ao assistencialismo como às de caráter punitivo e criminalizador. E, por outro lado, manter um canal entre a universidade e instituições, com profissionais e segmentos infanto-juvenis, promovendo atividades extensionistas como estratégia de troca e socialização do conhecimento produzido. E as linhas de pesquisa: “Capitalismo, Direitos Humanos e Serviço Social” e “Políticas Públicas, Violência, Infância e Juventude”, tem aglutinado pesquisadores/as tanto da Universidade Federal Fluminense, como de outras UFAs. Além das atividades como grupos de estudos e os ciclos de debates, o núcleo tem fomentado pesquisas de discentes em campos de estágio e experiências extensionistas; articulando assistentes sociais, supervisores de campo ou não, em ações desenvolvidas pelo núcleo, subsidiando a produção de conhecimento e envolvido a Graduação e Pós em atividades diversas acadêmicas.

PROMOÇÃO



APOIO



Compreende-se que o trabalho de assistentes sociais com crianças e adolescentes têm pouca visibilidade na literatura especializada<sup>18</sup>, muito embora tais práticas, nas políticas sociais e na área sociojurídica, estejam presentes nos debates que alimentam os principais encontros profissionais no Brasil.

No fim da década de 1930, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1996), se desenrola a institucionalização do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho diante da sequelas da questão social no processo de desenvolvimento urbano industrial. A Ação Católica, por meio do movimento Laico, desenvolveu experiências embrionárias de articulação e participação de jovens na realização de atividades voltadas à infância, à adolescência e às famílias pauperizadas. E, com a formação das primeiras assistentes sociais, verifica-se a inserção dessas profissionais em ações do Estado, em especial no Poder Judiciário ou no campo sociojurídico, seja na assistência à infância empobrecida, seja no controle aos segmentos considerados perigosos (CFESS, 2014).

Com surgimento do Serviço de Assistência ao Menor, na década de 1940, Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, na década de 1960, e até hoje, depois de três décadas de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, o trabalho de assistentes sociais tem sido adensado e expandido para diversas frentes de atuação: em abrigos, em programas de acolhimento familiar, em medidas socioeducativas, em creches, em escolas, em pediatrias, unidades de saúde mental e com crianças e adolescentes com deficiência ou cronicamente adoecidas e etc. O exercício profissional, em diversas políticas sociais e instituições para infância e para adolescência, sempre foi objeto de preocupação de pesquisadores e entidades representativas da categoria (CFESS, 2014, FÁVERO, 2001).

<sup>18</sup> Em levantamento realizado por Malfitano e Silva (2014), as publicações relacionadas às medidas protetivas em regimes de abrigo, entre 1990 e 2009, principalmente por parte de assistentes sociais, foram inexpressivas. A tese de Figueiredo (2023), defendida recentemente, nos mostra apenas cinco artigos sobre famílias acolhedoras e substitutas na Revista Serviço Sociedade, desde a sua primeira edição em 1979. Até mesmo na área sociojurídica verificou-se essa lacuna, pois até os primeiros anos de 2000, também carecia de visibilidade no debate profissional (IAMAMOTO, 2004). A essa constatação se acresce o fato de grande parte da literatura produzida sobre crianças e adolescentes, em geral, vir da Psicologia ou do Direito que, sendo principais referências nesses estudos, não incorporam a produção marxista oriunda da renovação crítica do Serviço Social no país.

Com o ingresso docente no Programa de Pós, uma das primeiras atividades planejadas era a de retomar a leitura do livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” que, em 2017, completaria trinta e cinco anos. Nesse sentido, realizou-se uma articulação, por meio de uma disciplina lecionada pelo corpo docente do curso de Graduação e Pós, com o objetivo de homenagear Marilda Iamamoto e demonstrar a atualidade de sua obra na formação em Serviço Social. A Atividade Complementar de Ensino e Pesquisa – ACEP serviu para debater a formação profissional, enriquecer a trajetória discente no mestrado e, sobretudo, “preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado” (IAMAMOTO, 2002, p. 163). Como desdobramento dessa atividade foi criada uma disciplina optativa, “Ciclo de Leituras Dirigidas da Obra de Marilda Villela Iamamoto”<sup>19</sup>, que vem sendo ofertada com regularidade no curso de graduação.

A participação na coordenação nacional do Grupo Temático de Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (GTP/ABEPSS) “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”, gestões 2017-18 e 2019-20, também foi uma oportunidade ímpar para conhecer mais sobre a dinâmica de produção de conhecimento da categoria e acerca de outros grupos de pesquisa no Brasil. Tem permitido também analisar como a temática da criança, do adolescente da juventude e da velhice vem sendo encadeada nas diretrizes curriculares. Nesse período, além dos relatórios do GTPs, contamos também com uma importante sistematização do “Estado da Arte” sobre direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens em produções do Serviço Social (FÁVERO, 2021).

<sup>19</sup> O público-alvo foi composto por docentes e discentes, tanto do PPGSSDR/UFF, como dos Programas de Pós em Serviço Social de outras universidades do estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ, PUC-RJ). Também esteve direcionado às/aos assistentes sociais supervisoras/es de campo de estágio da UFF, diretoras/es, agentes fiscais e profissionais com inserção nas comissões regimentais, temáticas e nas experiências de nucleação do CRESS-RJ. E, além disso, no encerramento da cerimônia de homenagem participaram representantes do Conjunto CFESS/CRES, da Coordenação Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), da Coordenação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), do Diretório Acadêmico Maria Kehl (DAMK) e do Poder Legislativo de Niterói (que entregou a Placa de Cidadã Niteroiense para Marilda Villela Iamamoto).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nas duas primeiras edições do Curso de Extensão - “CONTESTAÇÃO POLÍTICA” (Conselheiros Tutelares e Educadores Sociais Trabalhando a Ação Política com Crianças e Adolescentes), em 2018 e 2019, objetivava-se fortalecer a formação, o trabalho e a ação política e educativa dos sujeitos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, em especial conselheiros tutelares e educadores sociais. O curso de atualização, além de docentes do Serviço Social, envolveu os cursos de Psicologia, Direito, Pedagogia, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Saúde Coletiva e Relações Internacionais, bem como a militância da Associação dos Conselheiros/as Tutelares do Estado do Rio de Janeiro (ACTERJ), do Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CEDECA) e da Rede Rio Criança. E, ao fazer isso, passou a ser mais uma referência na formação de profissionais com inserção em políticas sociais de proteção à crianças e adolescentes<sup>20</sup>.

No período da pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021, as medidas de restrição da circulação e do contato físico, como prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus, nos levaram a ampliar a comunicação nas redes (*Youtube, Instagram, Facebook e WhatsApp*). As atividades remotas se centraram na realização de “rodas de conversa”, por meio de *lives*, com temas complexos, polêmicos e procurados por estudantes e profissionais: Infância, Juventude e pobreza extrema; O desaparecimento de crianças e adolescentes e as políticas públicas; Adolescências, sexualidade e políticas sociais; Pandemia e direitos humanos de crianças e adolescentes; Medidas socioeducativas e redução da maioridade penal; Trabalho de assistentes sociais em abrigos/acolhimento; O Trabalho do Serviço Social com crianças e adolescentes na saúde; Criança e adolescentes em situação de rua e o Serviço Social.

<sup>20</sup> Realização de curso presencial, gratuito, totalizando 60 horas, com certificação de universidade pública e voltada aos profissionais que, muitas vezes, não cursaram nível superior. O público alvo atingiu 26 municípios de 92 existentes no estado do Rio de Janeiro, mas que concentram juntos mais da metade da população: São Gonçalo, Niterói, Magé, Itaboraí, Maricá, Guapimirim, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Silva Jardim, Rio de Janeiro, Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Iguaba Grande, Rio das Ostras, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Queimados e Japeri.

PROMOÇÃO



APOIO



A oferta do curso de extensão - Política e Direitos da Criança e do Adolescente, idealizado e implementado por pesquisadores do NUDISS, permitiu a participação de profissionais de vários estados brasileiros por ser realizado de maneira remota. Os critérios de inscrição levaram em consideração a diversidade nacional, étnico-racial, interdisciplinar e o conteúdo tratou história da infância no Brasil, os fundamentos do ECA, a violação de direitos e o trabalho com crianças e adolescentes<sup>21</sup>.

No NUDISS três grupos de estudos se reúnem sistematicamente: (1) grupo de estudos sobre “Estatuto da Criança e do Adolescente” vem problematizando textos que abordam as suas alterações, com enfoque na Lei 13.431/2017 e no Decreto 9.603/2018 que estabelecem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima e testemunha de violência; (2) grupo de estudos sobre “Tortura e Direitos Humanos no Brasil”, analisa aspectos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a política de prevenção e combate à tortura no Brasil a partir da atuação dos comitês e mecanismos criados com esta finalidade; (3) grupo de estudos vinculado a pesquisa “Serviço Social e Conselhos Gestores” vem repensando o papel estratégico dos conselhos gestores e que, ao instituir um processo de democratização da gestão, estabelece um novo padrão de relações entre Estado e sociedade civil na formulação de políticas sociais.

A participação no “Seminário Nacional Serviço Social em Defesa das Infâncias, Adolescências e Juventudes”, evento do Conjunto CFESS-CRESS que, pela primeira vez, dedicou um seminário exclusivo sobre o tema. E a *live* “Violência e pandemia da infância ao envelhecimento”, promovida pela ABEPSS, que apontou contradições e limites estruturais para pesquisadores e assistentes sociais em tempos pandêmicos e permitiu tratar da questão da violência da infância ao envelhecimento numa perspectiva de totalidade e abarcando dimensão classista, de gênero, raça/etnia e orientação sexual.

<sup>21</sup> Realizado por meio da Plataforma *Classroom*, totalizando 40 horas, contemplou todas as regiões do país e, em sua primeira edição, surpreendeu por receber 3200 inscrições para 80 vagas que, diante da enorme procura, foi ampliada para 100 vagas.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

As publicações, ao longo dos últimos três anos, expressam preocupações com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que dão corpo ao Serviço Social. Evidenciam pontes criadas entre pesquisadores do NUDISS, do PPGSSDR/UFF e de outras Unidades de Formação Acadêmica no Brasil, antenados com a produção intelectual no campo marxista, com a crítica ao conservadorismo na compreensão dos fenômenos da violência que ameaçam a proteção integral de crianças e adolescentes (GARCIA, LIMA, 2020).

Por meio de pesquisas acadêmicas e de experiências de trabalho, que dão visibilidade às contradições e aos dilemas na efetivação dos direitos infanto-juvenis no Brasil, bem como sinalizam as estratégias de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social e as formas de resistência no fortalecimento da proteção integral, temos “Trinta anos do ECA: balanços e perspectivas” (SANTOS, SIMAS, LIMA, 2022) e o dossiê “Ameaça à proteção integral e o desafio no trabalho com crianças, adolescentes e jovens (SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE, 2021). “Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de Direitos” e “Violência de Estado e política social: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil” (MAURIEL *et al.*; 2020a; 2020b) são duas publicações organizadas coletivamente e que surgem em articulação entre o NUDISS, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE), ambos vinculados ao PPGSSDR/UFF, e o Grupo de Estudos e Pesquisa Marxistas em Política Social (GEMPS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Das publicações que sintonizam o debate profissional, “Serviço Social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes” (SARAIVA, 2022) e “Serviço Social e práticas antirracistas” (SARAIVA, SANTOS, 2022), encerram as pesquisadoras atuais do NUDISS. Fruto do acúmulo profissional e teórico esboça componentes que nem sempre foram explicitados, onde o racismo estrutural figura como dinamizador das relações sociais e o trabalho com crianças e adolescentes não pode ser pensado sem uma análise racializada das relações sociais que atravessam a vida de famílias negras no país (EURICO, 2020).

PROMOÇÃO



APOIO



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assistentes sociais na docência precisam se atentar para as armadilhas em torno de temas como a posição contrária às propostas de redução da maioria penal; a necessidade de descriminalização do aborto; a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos; as possibilidades de uma educação sem uso de castigos físicos e violências; a legalização e a regulamentação de drogas, com ênfase na política de redução de danos. Se a coragem e a convicção política das vanguardas profissionais em relação a esses temas expressam uma compreensão ética e de direitos humanos, por outro lado, como o corpo docente, discente e a massa da categoria vêm incorporando e disseminando tais conhecimentos?

Os pressupostos éticos e políticos do Serviço Social não são incontestáveis e até que ponto a adesão a esses princípios não expressam uma “estratégia de sobrevivência”, um “discurso competente” diante de uma “coação ideológica” que existe na academia e, muitas vezes, não alcança os dilemas e ideologias conservadoras que atravessam sociabilidade estudantil? Na área da infância e da adolescência ou no Sistema de Garantia de Direitos, principalmente na formação de conselheiros/as tutelares, existe, por parte de gestores, uma ilusão de que somente os aportes das discussões dos cursos e palestras seriam suficientes para uma formação crítica em direitos humanos e seguindo os mesmos princípios do ECA.

O PPGSSDR, por meio do NUDISS, vem tentando se aproximar dos municípios, das entidades da categoria, da militância e dos Conselhos de Direitos tentando entender as dúvidas e dilemas profissionais num diálogo fraterno e sincero e que também deve se estender para toda comunidade universitária de forma que os defensores de direitos humanos sejam respeitados. Por fim, embora as entidades da categoria sejam vanguarda em posicionamentos políticos relacionados a temas cercados por polêmicas, não podemos ter essas bandeiras como um consenso, temos que falar mais sobre os motivos que nos levam a defender essas pautas que nos desafiam do ponto de vista político e profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2022.

BARBOZA, D. R. PEREIRA, T. D. VALE. A. A. O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e a universidade pública. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 139, São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL (1990). **Lei 8.069** de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 22 junho 2023.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, 2003, n. 24, p. 5-15. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 02 junho 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília, 2014

EURICO, M. C. **Racismo na Infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FÁVERO, E. (Org.). **Crianças, adolescentes, jovens e direitos fundamentais: Estado da Arte no Serviço Social e grupos de pesquisa**. São Paulo: PUC-SP/PEPGSS/ NCA, 2021.

FÁVERO, E.T. **Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares**. São Paulo: Veras, 2001

FIGUEIREDO, N. S. Responsabilização familiar: a complexidade dos serviços de família acolhedora do estado do Rio de Janeiro (1996-2022). **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2023

GARCIA, J. LIMA, R. Estatuto da Criança e do Adolescente: 30 anos de proteção? In: SILVA, C. M.; PEREIRA, P.; SOUZA, V. C. (Orgs.). **30 anos do ECA**, Rio de Janeiro, CEDECA, 2020. Disponível em <https://cedecarj.org.br/2020/12/17/livro-digital-30-anos-do-eca/>

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família, e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. S. MATOS, M. C. LEAL, M. C. (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, [1982], 1996.

LIMA, K. R. S. PEREIRA, L. D. Contrarreforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 2009

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia alemã:** Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAURIEL, A, p. *et al.* (Org.). Dossiê temático violência de estado e política social: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.Especial, 2020B.

MAURIEL, A. P. O et. al. (Org.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022

MALFITANO, A. P. S. SILVA, T. V. Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA. In: **Revista Terapia Ocupacional**. Universidade de São Paulo, 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 50, Cortez Editora, São Paulo: Abril/1996.

SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE. Ameaça à proteção integral e o desafio no trabalho com crianças, adolescentes e jovens. **Revista Serviço Social em Debate**. UEMG, Carangola, 2021. Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/issue/view/391>

SANTOS, E.C; SIMAS, F.N; LIMA, R.S (Org.). **Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

SARAIVA, V. C. S. **Serviço Social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro. Mórula editorial, 2022.

SARAIVA, V.C.S. SANTOS, N. O. (Org.) **Serviço Social e Práticas antirracistas**. Revista Africa e africanidades. Quissamã-RJ, 2022.

SILVA, M. L. O. **Entre proteção e punição - controle sociopenal dos adolescentes**. 1º Edição. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011.

PROMOÇÃO



APOIO